



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA:

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM CABO VERDE PARA A IMPLEMENTAÇÃO
EFETIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA (UM ESTUDO EM SÃO VICENTE)**

MARIA DE JESUS CORREIA

Mindelo, 2017



Departamento de Ciências Humanas, Sociais e Jurídicas
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Título Da Monografia:

A Convenção Internacional Dos Direitos Da Criança:
Políticas Públicas e Privadas em Cabo Verde para a
implementação efetiva dos Direitos da Criança (um estudo em São
Vicente)

Autora: Maria de Jesus Correia

Orientadora: Patrícia Évora

Mindelo, 2016

Autora: Maria de Jesus Correia

**Título: A Convenção Internacional Dos Direitos Da Criança:
Políticas Públicas e Privadas em Cabo Verde para a implementação efetiva
dos direitos da Criança (um estudo em São Vicente)**

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Maria de Jesus Correia

Mindelo, Janeiro de 2017

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações internacionais”.

RESUMO

Este trabalho centra-se na problemática da criança em Cabo Verde e em São Vicente em particular, nas políticas públicas e privadas do país, que visam a defesa dos direitos da Criança de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de melhor entender as políticas desenvolvidas em Cabo Verde para a concretização dos direitos da criança, saber se na prática Cabo Verde vem respeitando os direitos da criança patentes na Convenção e assim entender a situação desses seres peculiares em desenvolvimento no país. O trabalho de campo realça a importância do papel das instituições que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade, nomeadamente as Instituições governamentais e ONG's. A metodologia de investigação assenta em entrevistas semiestruturadas. É pois um trabalho qualitativo pelas suas próprias características intrínsecas que ilustra o esforço político deste país na melhoria e proteção das condições de vida das crianças como seres indefesos. Dos resultados verificou-se que as crianças têm uma certa perceção dos seus direitos e as Instituições que trabalham com crianças têm uma grande importância nesse processo. No que tange a Cabo Verde, podemos constatar que através das políticas públicas e privadas que o país vem implementado, este tem respeitado os direitos da criança, tendo por base a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e não só também outros Instrumentos Internacionais.

Palavras- chave: Convenção Internacional dos Direitos da Criança; Criança; Cabo Verde; Políticas Públicas e Privadas.

ABSTRACT

This Work focuses on the issue of children in Cape Verde and the public and private policies, which aim to defend the rights of children according to the international Convention on the rights of children. The present work was developed with the objective to better understand the policies developed in Cape Verde to realize the rights of children, to know if in practice Cape Verde has respected the rights of children stipulated in the Convention and thus understand the situation of these peculiar beings in development in the country. Field Work emphasizes the importance of the role of institutions working with vulnerable children, Government Institutions and NGO's. The research methodology is based on semi-structured interviews. It is therefore a qualitative work by its own intrinsic characteristics that illustrates the political efforts of this country in improving and protecting the living conditions of children as defenseless beings. In the results it was verified that the children have a certain perception of their rights and the Institutions that work with children have a great importance in this process. With regard to Cape Verde, we can see that through the public and private policies that the country has implemented, it has respected the rights of the child, based on the International Convention on the Rights of the Child and not only other International Instruments.

Keywords: International Convention on the Rights of Child; Child; Cape Verde; public and private policies.

DEDICATÓRIAS

Ao meu filho amado Jerson Correia por ser a minha inspiração durante toda essa caminhada;

A minha mãe Judite Correia pelo carinho, amor, motivação e força que me deu durante todo esse tempo;

Ao meu irmão, amigo e companheiro Adilson Correia por toda a força e companheirismo;

A memória do meu saudoso pai que desde muito pequena sonhei em um dia estudar e ajuda-lo na vida, pena Deus não quis assim.

A minha amada amiga Nélida Ferreira pela atenção, amizade e pela força que sempre me transmitiu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ter dado saúde e forças para lutar durante todo esse tempo.

Agradeço a minha orientadora Patrícia Évora pela paciência que teve comigo e por toda a orientação prestada durante a elaboração do trabalho.

Agradeço ainda a Universidade do Mindelo especialmente ao Reitor da Universidade Doutor Albertino Graça por toda a ajuda e compreensão que teve comigo e, também aos meus professores e colegas por tudo o que aprendi com eles.

Um agradecimento especial a coordenadora do meu curso Risanda Soares por toda a amizade e compreensão.

Um agradecimento aos agentes do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, da Aldeia SOS da ilha e também ao Procurador da República por toda a disponibilidade e participação.

Ao meu irmão e companheiro Adilson Correia por todo o amor e carinho.

A Senhora Fátima Balbina, por tudo o que fez por mim ajudando-me a levantar quando isso parecia impossível para mim.

Ao meu namorado e amigo de todas as horas Ermelindo Centeio pelo amor, carinho e companheirismo.

Agradeço a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e me fizeram acreditar na mulher forte e guerreira que sou e que sempre serei.

A todos um muitíssimo Obrigado!

Epigrafe

Sou criança

Sou uma flor

Vivo pelo amor

E em mim sempre viverá a esperança!

Quero ser feliz

Quero ser aprendiz

Quero sorrir sempre

Por mais difícil que seja!

Sou pequena sim

Mas a minha essência é grande

Só quero sorrir e viver com dignidade

Por isso por favor respeite isso!

(Maria Correia, 2017)

GLOSSÁRIO EM TERMOS E ABREVIATURAS

CC- Código Civil

CIDC- Convenção Internacional dos Direitos da Criança

CL- Código Laboral

CP- Código Penal

CRCV- Constituição da República de Cabo Verde

CV- Cabo Verde

DH- Direitos Humanos

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ICCA- Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

INE- Instituto Nacional de estatísticas

ONG- Organização Não-governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

SV- São Vicente

TCC- Trabalho de conclusão de curso

UNICEF- Fundo das nações Unidas para a Infância

ÍNDICE:

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
DEDICATÓRIAS.....	vii
AGRADECIMENTOS	viii
GLOSSÁRIO EM TERMOS E ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
1.1- Direitos Humanos (DH)	17
1.1.1- Criança/ Definição.....	18
1.1.2- Criança/Sociedade.....	20
1.1.3- Criança/ Família	22
1.1.4- A Convenção Internacional dos Direitos da Criança	25
1.1.5- A CIDC e o seu contexto/ antecedentes	26
1.2- A CIDC e os seus membros	28
1.2.1- Análise dos direitos da criança presentes na Convenção	29
1.2.2- A CIDC e a Globalização.....	32
1.2.3- O Estatuto da Criança e do Adolescente	33
1.3- ECA e os seus princípios basilares	34
1.3.1- ECA e a necessidade de sua implementação.....	35
1.3.2- Cabo Verde e os Direitos Humanos	35
1.3.3- Os direitos da criança em Cabo Verde	37
1.4- Cabo Verde e a Convenção internacional dos direitos da criança.....	40
1.4.1- Cabo Verde e o Estatuto da criança e do Adolescente	41
1.4.2- Crianças de rua e a violação dos seus direitos	41
1.4.3- Políticas de proteção à infância em Cabo verde.....	44
CAPÍTULO II- FASE METODOLÓGICA	46
2.1- Tipo de estudo	46
2.2- População alvo e amostra	46
2.3- Instrumento de recolha	47
2.4- Procedimentos éticos	47

CAPÍTULO III- FASE EMPÍRICA	49
3.1- APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	49
3.2- Apresentação dos dados da Diretora da Aldeia SOS	49
3.3- Apresentação dos dados do Diretor do ICCA de São Vicente.....	57
3.4- Apresentação dos dados da Procuradoria de menores	66
3.5- Apresentação dos dados das crianças da SOS	70
3.6- Apresentação dos dados das crianças do ICCA	73
3.7- Discussão dos dados	76
CONCLUSÃO.....	80
RECOMENDAÇÕES.....	82
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-antecedentes da CIDC	28
Tabela 2- Síntese dos Direitos da Criança Estabelecidos na Convenção	31
Tabela 3- Aspetos de desenvolvimento físico das crianças em situação de rua.....	43
Tabela 4-Apresentação dos dados das crianças da SOS.....	70
Tabela 5- Apresentação dos dados das crianças do ICCA	73
Tabela 6- Triangulação dos resultados das entrevistas com as crianças	75

ÍNDICE DE APENDÍCE

Apêndice 1-Guião de entrevista dirigida a Diretora da aldeia SOS	91
Apêndice 2- Guião de entrevista dirigida ao Diretor do ICCA	93
Apêndice 3- Guião de entrevista dirigida às crianças da SOS e do ICCA	95
Apêndice 4-Guião de entrevista dirigida ao procurador de menores	96

INTRODUÇÃO

Com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pretende-se investigar a problemática da criança em Cabo Verde (CV), à luz da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, (CIDC) que teve como base, a Declaração Universal dos direitos do Homem (DUDH) e a própria declaração dos direitos da criança.

Visa também conhecer e avaliar a importância do papel desempenhado pelas Instituições que trabalham para o bem-estar das crianças, e que primam pela defesa dos seus direitos, visto que estes como seres indefesos por si sós não conseguem defender os seus direitos e lutar pela sua dignidade.

A escolha do tema assenta na preocupação que CV sendo um Estado membro da CIDC, possa cumprir as normas explícitas na Convenção e não obstante, também noutros documentos que vão de encontro ao princípio do superior interesse da criança, e aplicar essas medidas através de políticas que visam o bem-estar dessas criaturas indefesas, conduzindo a uma boa imagem do país em termos internacionais. Também deve-se pelo fato de não existir ainda um estudo igual em Cabo Verde.

Um trabalho de investigação tem como objetivo o aumento de conhecimentos incidindo sobre um determinado objeto de estudo, o que obriga ao investigador a observação e compreensão sobre a realidade observada (Andrade, 2011). Neste sentido acredita-se que os resultados da investigação refletem uma visão integradora da criança no que tange a promoção e defesa dos seus direitos, bem como o papel dos vários atores sociais que lidam diretamente com esta camada.

Como objetivo geral estabeleceu-se o seguinte: Analisar as políticas públicas e privadas que garantem o respeito pelos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em Cabo verde de forma geral, e em São Vicente em particular.

Os objetivos específicos norteadores da pesquisa foram os seguintes: Identificar os princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança; Analisar a situação dos direitos das crianças em São Vicente; Analisar a perceção que as crianças de São Vicente têm dos seus próprios direitos; Identificar os aspetos legais associados à implementação dos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança; Descrever as

políticas públicas e privadas existentes em São Vicente para a implementação efetiva dos Direitos da Criança.

Para melhor entender a temática, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos: sendo que no primeiro capítulo faz-se o enquadramento teórico o qual descreve-se alguns conceitos e abordagens que permitem conhecer melhor a criança, bem como conhecer a situação atual de CV no que se refere a promoção e defesa da CIDC da DUDH e do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), descrevendo ainda algumas políticas de proteção a infância existentes no país. No segundo capítulo, faz-se a descrição metodológica do estudo, descrevendo todas as etapas necessárias para atingir os objetivos definidos. E finalmente o terceiro capítulo trata da fase empírica, onde apresenta-se a análise e discussão dos dados provenientes do método de estudo utilizado.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta fase é de extrema importância para o desenvolvimento do tema em estudo uma vez que permite desenvolver os vários conceitos ligados ao tema, e assim, obter uma boa compreensão do mesmo.

1.1- Direitos Humanos (DH)

DH são os direitos considerados essências a todos os seres humanos sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, orientação sexual, nível de instrução e julgamento moral (Vivaldo, 2009).

Do ponto de vista histórico, os DH caracterizam por ser o resultado de grandes lutas da história política e social da humanidade (Ribeiro, 2011).

Sarlet (2011) citado por Teixeira (2015) esclarece a diferença entre DH e direitos fundamentais. Os direitos fundamentais são de certa forma DH. Mas enquanto os DH possuem maior abrangência, os direitos fundamentais possuem um sentido mais restrito na medida em que constituem um conjunto de direitos e de liberdades institucionalmente reconhecidos e garantidos pelo direito positivo de determinado Estado.

Após a segunda grande guerra, a DUDH de 1948 foi elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; marcando o reconhecimento de direitos e liberdades individuais, com a única exceção de direito à autodeterminação o qual, no entanto foi restringido aos povos subjugados pelo colonialismo Europeu (Vivaldo 2009).

Nesta declaração Universal, constam-se os direitos inerentes à pessoa humana aprovada pela Assembleia Nacional Francesa, onde proclamou-se os direitos individuais referentes à vida, à liberdade e a fraternidade dos seres humanos. A declaração do homem e do cidadão proclamava direitos universais, para a humanidade inteira e não apenas aos cidadãos franceses (Taiar, 2009).

A evolução do direito internacional dos DH trouxe a exigência de mecanismos de controlo, e da garantia da efetividade dos direitos pautados. A necessidade de se dar coercividade às declarações, pactos e tratados, possibilitou a construção de um sistema, ainda inacabado de proteção dos DH no âmbito internacional. Tal sistema possui uma capacidade evolutiva e condicionada apenas pela soberania dos estados cada vez mais conscientes do exercício soberano nacional estar submetido a limites jurisdicionais internacionais (Andrade, 2000).

A DUDH representa um importante instrumento de consciência coletiva, visando diminuir as desigualdades sociais entre os povos. Foram essas desigualdades sociais que geraram possíveis lutas de classes e eventos que aceleraram as transformações no campo da política e do direito, fazendo-se derivar importantes conquistas jurídicas (Taiar, 2009).

1.1.1- Criança/ Definição

Muitas pessoas questionam sobre o que é ser criança, quem pode ser considerado uma criança. Para muitos ser criança é divertir, brincar baseando num mundo de sonhos e de fantasia, num mundo exterior na qual elas próprias acreditam.

Nessa perspectiva Souza (2007), diz que a criança sempre brinca baseada na realidade, não é nunca uma ação arbitrária ou fantástica. Suas operações, isto é, o próprio modo da ação está vinculada aos objetos reais.

De um modo geral, muitos acreditam que ser criança é ser feliz, alegre, despreocupado com a vida, sem responsabilidades, é a melhor fase da vida (Frota, 2007).

Ainda Frota (2007), faz uma chamada de atenção de que nem sempre deste modo, que a infância é vivida por todas as crianças. No mundo de hoje, a felicidade não é alcançado por todas as crianças. Existem crianças que vivem na rua, esmolando, se prostituindo, sendo alvos de vítimas de violência infantil, de trabalho infantil, sem tempo para brincar como muitas têm. Mas o facto de possuírem um modo de vida diferente das outras crianças, isto não quer dizer que não sejam também crianças.

Para Souza (2011), uma criança é um ser de múltiplas possibilidades de aprendizagem desde o nascimento, um individuo capaz de se apropriar da cultura a partir

das relações ativas que estabelece com as pessoas que lhe rodeiam, que são responsáveis pela sua atividade e, conseqüentemente o desenvolvimento da sua personalidade.

A criança deve participar da vida social e cultural do lugar onde ele vive. Isso facilita e muito no processo de aprendizagem. Para isso, é preciso saber como promover o pensamento e a aprendizagem da criança, que aliás segundo o Fundo da Nações Unidas para as Crianças (UNICEF, 2009)), a aprendizagem da criança é uma responsabilidade da família e da comunidade. É preciso que durante este processo, os adultos valorizem aquilo que as crianças já sabem fazer, porque isso ajuda muito na continuidade da sua aprendizagem e motivação (Souza 2011).

E é nesta lógica que Souza (2011) dá um exemplo do desenho realizado pela criança, onde muitas vezes os adultos não reconhecem objetivamente o desenho realizado. Para a criança o desenho corresponde sempre a realidade e o adulto não o poderá contradizer, mesmo que o desenho da criança não represente aquilo que o adulto quer ver. É preciso então que o adulto respeite aquilo que a criança já sabe fazer.

De acordo com Cardozo (2012), da antiguidade até a idade média, a criança só existia como um bem da família pertencente ao pai. Sendo assim a criança não existia como sujeito. Até o século XII ou XIII, inexistia na Europa o conceito de infância, sendo que ser criança não era entendida como sinónimo de fragilidade. A infância tal como a conhecemos hoje é uma invenção da modernidade, concebida através de uma evolução cultural e histórica.

Sendo assim segundo Kramer, citado por Maia (2012), a infância seria um conceito relativamente novo. Acrescenta-se que o século XVIII pode ser localizado como o início da ideia de infância como uma idade profundamente singular a ser respeitada em suas diferenças.

Na ótica de Rosa (2013), a infância é a primeira etapa da vida de todos os seres humanos, e é nesta fase que se aprende valores e conceitos que serão levados para a vida toda. As crianças são cidadãos, detentoras de direitos que produzem cultura e são nelas produzidas.

De acordo com Duarte (2009), é na infância que as crianças se preparam para o futuro, tendo de assimilar corretamente hábitos, normas e valores sociais indispensáveis para o seu desenvolvimento e aceitação social.

A definição de criança pode ser também definida tendo em conta o fator “idade”. Por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente devidamente designado por ECA, no seu artigo quarto, define criança como “ todo o individuo antes de completar os doze anos de idade.”

Já a CIDC, no seu artigo primeiro, define criança como “todo o ser humano, menores de dezoito anos. Ou seja criança é todo o ser humano até dezassete anos.”

1.1.2- Criança/Sociedade

A sociedade tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança. É importante saber qual o espaço da criança na sociedade contemporânea, marcada pela desigualdade e exclusão social.

Segundo Mendes (2006), viver em sociedade, é uma característica peculiar de todo o individuo onde, querendo ou não, acaba relacionando tanto para o suprimento das necessidades básicas como, para as necessidades intelectuais e espirituais.

Ainda o autor acrescenta que quando falamos da sociedade, vemos uma enorme quantidade de adultos, formadores da sociedade que não compreendem ou simplesmente não querem compreender as crianças.

O autor defende a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade, visando o crescimento adequado da criança.

Nas palavras de Ianiski (2009), podemos observar segundo alguns autores, que vivemos num momento de desaparecimento da Infância. Se repararmos a forma de vida de muitas crianças, pode-se ver que existem crianças pobres que precisam trabalhar e crianças ricas cujos pais as ocupam com inúmeras atividades que antecipam a sua fase adulta.

O autor continua o mesmo raciocínio dizendo que, pode-se constatar duas realidades infantis: a criança rica que apesar das boas condições de vida, não mantém uma relação familiar duradoura. Assim, em decorrência do consumismo, os pais trabalham o dia todo e sobrecarregam os filhos com inúmeras atividades que as levam até mesmo a depressão. Essas crianças acabam por não ter muito tempo para conviver com

os pais e, conseqüentemente a vida dos pais acaba por refletir no cotidiano dessas crianças. Por outro lado evidenciamos, a realidade da criança pobre que não possui poder econômico para consumir, o que lhe faz antecipar a sua vida adulta, trabalhando.

Ainda Ianiski (2009) continua a mesma linha de raciocínio dizendo que, o trabalho infantil faz com que as crianças amadurecem precocemente. Não brincam, não estudam, algumas acabam por abandonar a escola o que faz com que essas crianças perdem a sua infância.

Neste sentido, Paganini e Moro (2011), dizem que para que haja o combate á violação dos direitos da criança, é preciso que tanto a sociedade como também a família e o estado, observem os princípios basilares dos direitos da criança, como modo de lhes proporcionar maior qualidade de vida.

Na visão de Rosa (2013), a criança, foi posta pela sociedade como um adulto em miniatura, alguém que não sabe de muitas coisas mas, através da modernidade, a sociedade adulta passou a perceber a criança como um sujeito de aprendizagem.

A escola entra aqui com o seu importantíssimo papel, no que se refere a aprendizagem e educação das crianças.

De acordo com os autores Veronese, Soares e Silveira (2015), com o surgimento da escola a criança passa a ter um tratamento em relação aos adultos, bem como oportunidades de relacionamento social, com outras crianças, momento em que recebe melhores cuidados condizentes com sua idade.

A escola e a família, cada um com o seu papel e trabalhando integralmente, contribuirão para uma educação sólida e emancipatória das crianças. Na escola a criança aprende à conviver, compartilhar, e é nessa interação com outras crianças que ela se desenvolve fisicamente e psicologicamente, passando a respeitar quem está ao seu redor, perceber os seus limites e também a conviver com outras crianças em um ambiente diferente da do seu familiar (Rosa, 2013).

“Aprender a conviver” significa, aprender a ter empatia, a compreender o outro e a perceber as interdependências. A criança desenvolve a capacidade de trabalhar em equipa e de administrar conflitos em função do bem-estar de todos. A escola é um espaço onde a criança, precisa lidar com o coletivo o tempo todo e, no qual começa a perceber

como as suas atitudes, influenciam o outro e o grupo, da mesma forma que percebe como as ações dos outros afetam a si mesma e o grupo (Chaves, 2015).

1.1.3- Criança/ Família

A Família é compreendida como um sistema composto por pessoas, ligadas através de vínculos legais, afetivos e/ ou sanguíneos e estabelecidos por relações estreitas entre si. Então, a união dos seus membros costuma ser marcada, pela intimidade, pela feição, pela troca de valores e pelo desenvolvimento conjunto. O conceito de família não é homogêneo em todas as culturas e nem foi ao longo dos tempos, pois vai sendo alvo de transformações ao nível do seu significado (Chaves, 2015).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Biroli (2014) também diz que a noção de família pode estar profundamente ligada à afetos e sentimentos de diferentes tipos. As experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para a percepção de quem somos. Isto é, para as nossas identidades.

Nas conclusões de Fonseca (1999), o estudo da família é de suma importância para a aprendizagem da criança. A família é a primeira das muitas células que reunidas constituem a sociedade. É junto dela que a criança realiza as primeiras e mais importantes experiências de suas vidas.

Segundo Reis (2012), é fundamental que a família transmita um clima de segurança e de confiança para que as crianças possam explorar o mundo que as rodeiam e, assim vão progressivamente formando sua personalidade. Se, pelo contrário, permanecem num clima constante de insegurança, também elas próprias poderão tornar-se inseguras.

Nenhum lugar é melhor para a criança do que no seio da sua família. Mas esta tem de ser capaz de cumprir as necessidades básicas do mesmo. O que acontece é que nem sempre deparamos com famílias bem estruturadas dentro da comunidade, e quando isto acontece, deve-se desenvolver condições para que seja possível recuperar o bom relacionamento familiar para o alcance de um ambiente saudável da criança e um desenvolvimento digno da mesma. (Veronese; Soares e silveira 2015).

Em contrapartida, Arantes (2012), diz que se por um lado, dizemos que as crianças têm direito à convivência familiar e comunitária, por outro dizemos que o lugar mais perigoso da criança é no seio da sua família. Nesta ótica é importante que os adultos ensinam as crianças os seus direitos para que elas possam denunciar os pais.

Quando a violência sexual ocorre no âmbito familiar estendendo-se da família biológica à adotiva, denominamos abuso sexual intrafamiliar. Por outro lado, caso o abuso envolva pessoas que não possuem relações de parentesco ou de conhecimento com a criança, estaremos diante da figura extrafamiliar (Nakatany 2012).

É nesta mesma lógica, que Oliveira (2010) diz que os pais e a escola devem trabalhar em conjunto para o sucesso escolar dos seus filhos/ alunos, mas sem esquecer que cabe tanto um como a outro a formação integral das crianças. Deste modo a família e a escola complementam-se, participando no processo educativo. O sucesso escolar depende muitas vezes de uma colaboração estreita e sem constrangimentos entre a escola e a família.

De acordo com Mendes (2006), o que temos de ter em mente quando falamos do direito à vida familiar, é que esse direito está intimamente ligado coma proteção integral, a qual deverá ser aplicada no seio do lar, seja ele na família natural ou mesmo em família substituta.

Depois de uma breve análise sobre a importância da família, da convivência familiar para as crianças, agora é o momento de saber qual as consequências da inexistência desta para as crianças ou, simplesmente, o que acontece à uma criança quando os seus pais por exemplo se separam (partindo do principio, que vivem com a família biológica). Uma vez que estes, durante muito tempo tiveram uma convivência familiar harmoniosa, no que se refere a separação dos pais tudo pode mudar.

Consumada a separação do casal e outorgada a guarda da criança a um dos ex.-consortes, é atribuído ao outro o direito apenas a visitar a criança, mas não impede que este último possa participar do crescimento e educação do menor. Trata-se de uma forma de assegurar a continuidade da convivência entre a criança e o não guardião. O que acontece é que o ex-consorte (geralmente o detentor da custódia), depois com o andar do tempo começa a impedir ao outro genitor o direito de visitar a criança devido, aos conflitos que ainda possam estar a reinar entre eles, tornado a criança um instrumento de vingança e, esquecendo que a criança desde o nascimento tem direito ao afeto, à

assistência moral e material e à educação, como também a convivência familiar (Fonseca 2006).

Colaborando ainda, Fonseca (2006), diz que o detentor da custódia, que tenta afastar a criança do outro genitor promove aquilo que se domina de alienação parental, que dá origem ao aparecimento de uma Síndrome que surge do apego excessivo e exclusivo da criança em relação a um dos genitores e, do afastamento total do outro. A criança é obrigada a não manter qualquer tipo de contacto com um dos genitores independentemente de qualquer razão ou motivo plausível.

Essa alienação pode durar anos seguidos, com gravíssimas consequências de ordem comportamental e psíquica e geralmente só é superada quando a criança consegue alcançar uma certa independência do genitor guardião onde poderá se conscientizar que foi influenciado a agir de tal forma. A esse processo patológico dá-se o nome de síndrome de alienação parental.

O autor chama a atenção que, a Síndrome de alienação parental, não deve ser confundida com a própria alienação parental. Pois, a alienação parental é o afastamento dos filhos de um dos genitores, provocado pelo outro, enquanto a Síndrome de alienação parental diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento.

Pode-se com isso concluir que a convivência familiar é de extrema importância para a criança. Mesmo que haja a separação/divórcio dos genitores, é preciso que estes tenham sempre em mente que o bem-estar psicológico da criança é de extrema importância. Não só também, é o direito da criança conviver com a família e, é preciso que eles tenham em conta que a criança não pode e não deve ser nunca utilizada como um meio para atingir um fim. A criança não deve ser objeto de vingança. É um sujeito de direitos e merece ser tratada como tal (Fonseca, 2006).

A CIDC, no seu artigo 9.º, 3 defende que é o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e, contacto direto com ambos, ao menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança.

1.1.4- A Convenção Internacional dos Direitos da Criança

Trata-se de um diploma internacional decorrente da DUDH, a partir de uma proposta da Polónia, dirigida à ONU, em 1978 (Delfino, 2009).

A Convenção define como criança qualquer pessoa menor de 18 anos de idade (artigo 1º da convenção).

A principal premissa da Convenção é que todas as crianças nascem com liberdades fundamentais e os direitos inerentes a todos os seres humanos e, portanto o cuidado e a proteção devem ser prioridade de todos (Carvalho, 2010).

De acordo com Júnior (2012), o primeiro grande marco concernente à proteção social da criança e do adolescente, foi na CIDC, que é um documento que ditou as bases para o estabelecimento da doutrina da proteção integral.

E nessa mesma lógica que Delfino (2009), diz que a CIDC, consagrando a doutrina de proteção integral é o principal documento internacional de direitos das crianças e, embora não seja cronologicamente o primeiro texto, contribuiu decisivamente um corpo de legislação internacional denominada doutrina das Nações Unidas de proteção integral à criança.

Ainda nas palavras de Pereira (2008) citado por Júnior (2012), a CIDC aprovada em 20 de Novembro de 1989, foi o resultado de um esforço conjunto entre vários países. A convenção constituiu-se durante dez anos em um marco quanto à proteção visto que, incorporou regras de procedimentos flexíveis, adaptáveis às mais diversas realidades, delineando as futuras políticas legislativas dos Estados- Partes.

A CIDC foi o culminar de todo um processo de reconhecimento da infância e dos seus direitos. O efetivo reconhecimento da criança como sujeito de direitos uma surpreendente transformação em matéria de libertação das crianças na dinâmica das sociedades democráticas (Monteiro, 2006).

De acordo como Mora (2000), a promoção da assistência social, insere-se a partir da convenção no projeto mais amplo da construção da cidadania, do usufruto dos direitos, de todos os direitos na sua plenitude. Assim, a assistência social deixa de ser uma atividade fim e passa a ser assumida como atividade meio.

Portanto Monteiro (2006) afirma que a CIDC, revestiu-se de um significado primacial, basicamente por se ter apresentado como um instrumento inovador, reconhecido internacionalmente no que concerne aos direitos da criança.

A Convenção ajudou a criar uma maior consciencialização sobre os direitos da criança em empresas, escolas, famílias e comunidades. Seu impacto sobre os meios de comunicação fica evidente no desenvolvimento de códigos de conduta para relatos sobre crianças, na maior cobertura de questões relacionadas à proteção da criança e na inclusão de opiniões das crianças sobre temas que as preocupam e as afetam (Ribeiro 2011).

1.1.5- A CIDC e o seu contexto/ antecedentes

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos foi tarefa que consumiu vários milénios. As crianças foram durante séculos, objeto das mais variáveis crueldades e desumanidades. Historicamente, a luta pela atribuição de autonomia e direitos à criança e ao adolescente, constituiu-se em uma travessia das sociedades rumo ao reconhecimento a esses direitos. A situação crítica vivida, agravada pelo flagelo da primeira guerra mundial, levou a sociedade das Nações, precursora da atual ONU, a adotar a primeira declaração e que se recolham os primeiros direitos da criança, no ano de 1924. Conhecida como Declaração de Genebra. Esta Declaração representou um marco inicial para o reconhecimento do interesse superior da criança, que mais tarde foi retomado e desenvolvido pela convenção de 1989 (Andrade, 2000).

Nesta mesma ótica Rossi (2008), cita que a Declaração tornou-se um guia para a atuação tanto privada como pública, em favor da criança. Tornou-se também embrião de uma nova doutrina relativa aos cuidados com a criança e de uma nova maneira de enxergar o indivíduo detentor de direitos e de prerrogativas.

O objetivo da declaração era o de canalizar as atenções do mundo dos pós guerra para os problemas urgentes relacionados com as crianças. Nesse mesmo ano, o conselho económico e social das Nações Unidas fundou o Fundo de Emergência das nações Unidas para as crianças (UNICEF, 2009).

A declaração reconhece que a criança deve ser protegida independentemente de qualquer distinção de raça, nacionalidade ou crença. Deve ser auxiliada respeitando a integridade da família e deve ser colocada em condições para o seu desenvolvimento normal. Nos termos da Declaração a criança deve ser alimentada, tratada e auxiliada (Albuquerque, 2000).

Colaborando ainda a autora cita que em 1948 foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a DUDH, onde o seu artigo 25.º reconhece que a maternidade e a infância têm o direito a ajuda e a assistência especiais. Em 20 de novembro, a ONU promulgou a Declaração dos Direitos da Criança. De acordo com essa Declaração, a criança deve gozar de proteção especial e gozar de oportunidades e facilidades para se desenvolver de maneira sadia e normal. A Declaração defendia também o direito ao nome, à uma educação, à ser protegida de todas as formas de negligência, entre outros.

O melhor documento sobre os direitos das crianças após, a Declaração dos Direitos da Criança é a CIDC de 1989, ratificada por quase todas as Nações e referendada em seus próprios países. A Convenção promove todos os direitos humanos das crianças estabeleceu que as crianças têm direito à educação e à saúde básica, ao nome, à nacionalidade, direito de viver, direito à liberdade de expressão, de pensamento, de consciência, dentre outros (Carvalho, 2009).

Assim o primeiro grande marco concernente à proteção social das crianças foi a CIDC, documento que ditou as bases para o estabelecimento da doutrina da proteção integral (Júnior 2012).

O quadro abaixo, resume os antecedentes da CIDC. Todos têm um objetivos em comum: velar pelos direitos das crianças, e fazer com que elas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos.

Tabela 1-antecedentes da CIDC

Ano	Antecedentes da CIDC
1924	Declaração de Genebra
1959	Declaração Universal dos direitos da criança
1946	Criação da UNICEF
1948	A Declaração universal dos Direitos Humanos
1979	Ano Internacional da criança
1989	A Convenção Internacional da criança

Fonte: baseado em Albuquerque (2000)

Nota-se que antes da adoção da CIDC para além das declarações dos direitos da criança, existiam diversos instrumentos jurídicos internacionais ligados à proteção dos direitos da criança, abordando temáticas específicas com incidência sobre a infância (Albuquerque, 2000).

1.2- A CIDC e os seus membros

Assinada por todos os países e ratificada como lei por praticamente todos, com apenas duas exceções, a Convenção e seus princípios criaram raízes em legislações nacionais e locais motivando governos de todos os lugares do mundo a colocar os direitos e o desenvolvimento da criança na linha de frente de sua agenda legislativa (Ribeiro 2011).

Ainda a autora acrescenta que no âmbito dos países membros da Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP), acederam ou ratificaram a Convenção:

- ✓ Guiné Bissau- 20 de Agosto de 1990
- ✓ Portugal- 21 de setembro de 1990
- ✓ Angola- 5 de dezembro de 1990
- ✓ Brasil- 24 de Dezembro de 1990
- ✓ Cabo verde- 4 de Dezembro de 1992
- ✓ Moçambique- 23 de abril de 1994

O artigo 2.º, 1 da Convenção estabelece que os Estados Partes comprometem-se a respeitar e garantir os direitos previstos na Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas a sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, religião, opinião pública ou outra, da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

No número 2 do mesmo artigo, estabelece que os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efetivamente protegida contra as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica de atividades, de opiniões, expressas ou de convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da família.

A Convenção vem exercendo influência penetrante e profunda sobre as instituições públicas. Essa influência é percebida na utilização crescente da linguagem de direitos da criança e em um foco mais centrado dos direitos da criança em relação a metas, políticas, programas e advocacia na área dos DH e do progresso social nacional e internacionalmente (Ribeiro 2011).

Outro nome que internacionalmente o relacionamos com as crianças e as suas necessidades é o Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pois é através dele que são divulgadas muitas das informações relativas às crianças em todo o mundo (Ribeiro 2011).

1.2.1- Análise dos direitos da criança presentes na Convenção

Destacam-se dentre os princípios da Convenção de 1989, o qual aceitou a criança como todo o ser humano antes de completar os dezoito anos de idade, o reconhecimento dos direitos fundamentais a sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e a participação; o interesse maior da criança; o direito à convivência familiar e comunitária; à proteção integral da criança e à prioridade imediata para a infância (Nakatany, 2012).

A CIDC tem um caráter mandatário (artigo 4.º), contém maior número de artigos em relação à Declaração dos direitos da criança de 1959 (59 artigos), que contemplam na

linguagem dos DH: direitos civis e políticos, económicos; sociais e culturais; direitos especiais (Rosembergue e Mariano, 2010).

Ainda segundo Brougère citado por Rosembergue e Mariano (2010), cabe lembrar que os direitos civis são aqueles necessários para garantir a liberdade individual e abarcam liberdades de expressão, opinião, consciência e religião, associação, reunião pacífica e direito ao respeito à vida privada.

Esses princípios orientam as ações de todos os interessados, inclusive das próprias crianças na realização de seus direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e a participação (Ribeiro, 2011).

Seus artigos reforçam a compreensão comum entre as sociedades de que para realizar os direitos da criança é imperativo proteger a infância como um período separado da idade adulta e definir um período em que a criança pode crescer, aprender, brincar e desenvolver-se (Ribeiro, 2011).

De acordo com Soares (1997) citado por Rossi (2008), os direitos da criança patentes na Convenção podem ser agrupadas em três categorias:

1. **Direitos relativos à provisão-** onde são reconhecidos os direitos sociais da criança, relativamente à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura;
2. **Direitos relativos à proteção-** onde são identificados os direitos da criança ser protegida contra a discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito;
3. **Direitos relativos à participação-** onde são identificados direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito de ser consultada e ouvida, o direito à ter acesso a informação, o direito à liberdade de expressão e de opinião e, o direito a tomar decisões em seu proveito.

Albuquerque (2000) enumera quatro grandes princípios consagrados pela CIDC, que visam facilitar a compreensão e interpretação da convenção no seu conjunto e orientar programas nacionais visando a sua aplicação:

1. **Não discriminação (artigo 2º):** os Estados Partes devem assegurar que as crianças sob a sua jurisdição gozam de todos os seus direitos, não devendo nenhuma criança ser vítima de discriminação;

2. **Interesse superior da criança (artigo 3º):** o interesse superior da criança deve constituir uma consideração primordial sempre que as autoridades de um estado tomem decisões que afetam a criança;

3. **Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6º):** o artigo que consagra o direito à vida é expressamente alargado ao direito à sobrevivência e ao desenvolvimento os quais devem ser assegurados na máxima medida possível;

4. **Respeito pelas opiniões da criança (artigo 12):** a criança deve ser livre de ter opiniões e que estas sejam ouvidas e sejam seriamente e tidas em consideração, incluindo qualquer processo judiciário ou administrativo que o afeta.

Tabela 2- Síntese dos Direitos da Criança Estabelecidos na Convenção

Direitos civis e políticos	Direitos económicos sociais e culturais	Direitos especiais (proteção)
Registro, nome, Nacionalidade	Vida, sobrevivência e desenvolvimento	Proteção contra abuso e negligência
Expressão e acesso a informação	Saúde e previdência social	Proteção especial para a criança refugiada
Liberdade de pensamento, consciência e crença	Educação fundamental	Educação e treinamento especial para crianças portadoras de deficiência
Liberdade de associação	Lazer e atividades culturais	Proteção contra utilização de tráfico de drogas, exploração sexual, venda, trafico e sequestro.
Proteção da privacidade	Nível de vida adequado ao desenvolvimento integral	Proteção em situação de conflito armado reabilitação de vítimas desses conflitos
	Recreação	Proteção contra o trabalho prejudicial a saúde e ao desenvolvimento integral
	Crianças e comunidades minoritárias: direito de	Proteção contra o uso de drogas

	viver conforme a própria cultura	
--	----------------------------------	--

Fonte: Frota (2007)

1.2.2- A CIDC e a Globalização

A partir de 1948 criou-se a Carta da Nações Unidas, um marco para uma conversação internacional com limites, regras e universalidade. Instituiu-se uma maior relação económica, social e política entre os países. O que era teoria começou a tornar em um novo conceito global. O fenómeno globalização espalhou-se pelo globo e naturalmente foi um conceito inserido num nosso modo de viver (Ribeiro, 2011).

A globalização levou a questão dos direitos humanos a uma situação paradoxal, ao mesmo tempo em que em nenhum outro momento histórico os direitos humanos foram tão significativamente invocados, também se encontram em um momento de crise e de muita dificuldade de afirmação real (Ribeiro, 2011).

Segundo Tomás (2006), podemos dizer que nas duas décadas se produziram alterações profundas nas sociedades. Estamos perante um fenómeno complexo e multidimensional onde se interligam e interpenetram várias dimensões, política, económica, social, jurídica e cultural. Trata-se de uma globalização contra hegemónica onde a violência, a injustiça e a desigualdade passaram a ser parte das sociedades. Assim os que não têm poderes se organizam, como por exemplo as organizações transnacionais de direitos humanos, os movimentos e associações de defesa dos direitos da criança, os movimentos sociais de crianças entre outros.

A crise económica, as mudanças climáticas e as mudanças demográficas, interferem diretamente na promoção dos direitos das crianças, uma vez que o contexto económico internacional é muito importante para os direitos da criança (UNICEF).

De acordo com Tomás (2006), temos que considerar as diferentes situações das crianças nos diferentes países e no interior dos seus próprios países. Daí a designação de infância ser mais precisa e daí a necessidade de considerar a heterogeneidade dos mundos sociais e culturais das crianças, desobstruindo a ideia da globalização da infância por si mesma, isto é a globalização implicou também uma determinada homogeneização das ideias do que deve ser a infância ideal.

De acordo com Ribeiro (2011), as mudanças tecnológicas tiveram um impacto muito preciso sobre as crianças, sobre a forma como se percebem os seus direitos e a tentativa de fazer emergir um sistema global de partilha de valores associado a infância.

1.2.3- O Estatuto da Criança e do Adolescente

Antes da aprovação ECA em 1990, o termo “menor”, era utilizado para caracterizar a criança em situação de risco social, passíveis de tornarem-se marginais e colocarem-se em risco a si mesma e a sociedade. O primeiro código de menores de 1927 acabou por construir uma categoria de crianças consideradas menos crianças (Frota, 2007).

Sendo assim, Frota acrescenta que com o ECA tudo mudou. Todas as crianças passaram a ser sujeitas de direitos, com necessidades específicas, decorrente do seu desenvolvimento peculiar.

Nesta mesma linha Santos (2012), afirma também que o ECA tornou-se um referencial importantíssimo no direito da infância e da juventude uma vez que adotou a doutrina de proteção integral como doutrina norteadora de seus princípios, deixando para trás a antiga doutrina da situação irregular a qual era assegurada pelo código de menores.

A doutrina de proteção integral substituiu, a doutrina da situação irregular, estabelecida e oficializada pelo código de menores de 1979, mas de fato já implícita no código Mello de Matos de 1927 (Cardozo, 2011).

Um critério importante do referido código de menores é que o mesmo deixou de lado a questão de discernimento quando da prática do delito/ato infracional, como ocorria antes e, também determinava que os menores ficassem sob a responsabilidade dos pais até os 14 anos de idade. Porém em casos que não fosse possível manter a criança ou o adolescente menores de 14 anos sob os cuidados dos genitores era aplicada a medida de internação (Santos, 2012, p.08).

Portanto, na doutrina de situação irregular, a criança passa a ser objeto da norma e no ECA, a criança passa a ser um sujeito de direito (Santos, 2012).

Com o ECA as crianças e os adolescentes passaram a possuir garantias de políticas públicas voltadas aos seus interesses (Alves e Sequeira 2014).

O Estatuto regula em seus primeiros artigos o conceito de criança e adolescente, como os relativos à proteção integral e, a prioridade absoluta a serem observados na análise de todas as normas estatutárias trazidas por ele (Cardozo, 2011).

1.3- ECA e os seus princípios basilares

O ECA no seu artigo 4.º define criança como todo o indivíduo antes de completar os doze anos de idade.

O ECA visa promover, proteger e restituir os direitos inerentes a criança e adolescente, garantindo-lhes o seu desenvolvimento integral e a construção da sua plena autonomia pessoal e cidadã de acordo com o estabelecido e atribuído pela constituição, pelos tratados internacionais de que CV é parte e pelas demais leis da República (artigo 3.º).

No seu artigo 8.º, são definidas crianças e adolescentes como sujeitos de direito, sendo-lhes garantida a proteção integral. Conforme o artigo é dever da família, da comunidade e do estado promover a efetivação dos direitos fundamentais à criança.

Especificamente no seu artigo 9, afirma a prioridade absoluta na efetivação dos direitos da criança e do adolescente estipula bases concretas para a interpretação do dispositivo.

Reafirma no seu capítulo II, os direitos, liberdades e garantias fundamentais, presentes na CRCV, como por exemplo o direito à vida, à integridade pessoal, à identidade, de viver em família, esclarecidos nos artigos 16 e 17, 28 e 30.º do referido Estatuto.

No seu capítulo III, o Estatuto esclarece sobre o sistema de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Nos artigos 123 ao 129.º fala da institucionalização da criança ou do adolescente.

1.3.1- ECA e a necessidade de sua implementação

O ECA supõe um novo modelo de sociedade. Por isso a sua efetiva implementação é tarefa muito completa e encontra ainda muitas resistências, embora este precisa ser mais conhecido, mais estudado, inclusive pelos próprios profissionais que trabalham em todas as áreas sociais, de modo especial os meios de comunicação que têm um papel preponderante de promover os direitos da criança (Freire, 2015).

A necessidade de mostrar a infância sob um olhar digno e de respeito e a condição da criança como um ser peculiar, em desenvolvimento e um sujeito de direitos, é portanto uma das causas para a implementação do ECA e, para que o ECA seja plenamente efetivado é preciso que todos os direitos e deveres inscritos sejam respeitados (Freire 2015).

1.3.2- Cabo Verde e os Direitos Humanos

CV é um arquipélago com 10 ilhas (sendo uma desabitada) e 13 ilhotas, situado a cerca de 450 quilómetros ao largo da costa da África Ocidental. O país dispõe de 4,033 mil km quadrados de área e 700 mil km quadrados de Zona Económica Exclusiva (ZEE). As ilhas são divididas em dois grupos que não possuem funções administrativas¹⁶, mas que historicamente apresentam diferenças que acabam por marcar o desenvolvimento social da sua população. Enquanto as ilhas do Sotavento (Santiago, Fogo, Maio e Brava) sofreram mais com o tráfico de escravos, as ilhas do Barlavento (São Vicente, Santo Antão, Sal, Boa Vista, São Nicolau e Santa Luzia) não foram submetidas a este fenómeno, o que acaba por trazer algumas diferenciações na maneira que a sua própria população vê a divisão social do país.

A República de CV organiza-se em um estado de Direito Democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais (artigo 2.º da CRCV).

CV é uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade dos direitos humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça (artigo 1º CRCV).

O Estado de CV rege-se nas Relações Internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos, da igualdade entre os estados e não ingerência dos assuntos internos de outros estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos os outros povos e da coexistência pacífica (artigo 11º, 1 da CRCV).

O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Popular é constituída com base no voto popular e é ela quem designa o chefe de governo a ser nomeado pelo Presidente da República. É o garante da unidade da Nação e do Estado, da integridade do território, da independência Nacional e garante o cumprimento da constituição e dos tratados internacionais

A CRCV no seu artigo 24.º defende a igualdade perante a lei e a dignidade social de todos os cidadãos, visto que é um estado democrático, um estado de direito onde todos estão submetidos à lei.

De acordo com António Pinto de Mesquita citado por Jerónimo (2015) é notório ao longo destes anos o esforço que o estado de Cabo Verde tem vindo a empreender para fortalecer o seu regime democrático e proteger os direitos humanos no seu território, isto deve-se a todo um conjunto de esforços que CV têm-se mostrado no que se refere aos vários compromissos internacionais em matéria de direitos humanos tanto ao nível mundial como ao nível regional (artigo 125º da CRCV).

O autor enumera alguns instrumentos jurídicos Internacionais tanto ao nível universal como a nível regional, na qual CV tem dedicado algum esforço para o respeito dos direitos no seu território. A nível universal: o Pacto internacional sobre os direitos civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre os direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação racial. A nível regional: a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Acrescenta o autor que todos esses instrumentos foram assinados e ratificados, fazendo agora parte do ordenamento jurídico do Estado de CV.

Os tratados e acordos, validamente aprovados e ratificados, vigoram na ordem jurídica cabo-verdiana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado de CV (artigo 12.º, 2 da CRCV).

1.3.3- Os direitos da criança em Cabo Verde

A independência política veio permitir que a nível institucional se incorporasse a problemática da criança. Com o advento da independência Nacional, CV dotou-se de uma constituição, a lei sobre a Organização Política do Estado de 5 de Julho de 1975, também conhecida por LOPE (Andrade 2011).

De acordo com um artigo sobre políticas públicas para a infância e adolescência em Cabo Verde, os instrumentos Nacionais que regulam os direitos da criança são:

- **A Constituição da República (CRCV)** estabelece que compete ao estado, à família e à comunidade a proteção das crianças;
- **Código penal (CP)** onde comporta um conjunto de disposições sobre a problemática do abuso sexual de menores;
- **Código civil (CC):** outro instrumento interno com um conjunto de disposições sobre a proteção dos direitos da criança;
- **Código laboral Cabo-verdiano (CL):** assemelha aos princípios da convenção nº 138 da OIT, idade mínima da admissão ao emprego;
- **Medidas socioeducativas: (Decreto legislativo nº 02/2006).** As medidas tutelares socio educativas visam a educação do menor para o direito a inserção, de forma digna e responsável na vida e em comunidade. Só se pode aplicar medida tutelar socioeducativa ao menor que seja agente de um fato qualificado pela lei como crime e passível de medida tutelar por lei anterior ao momento da sua prática.
- **Orientações expressas no Plano de Desenvolvimento- PND:** o Governo iniciou em 2004 um processo de reforma Legal e institucional em matéria de Infância e adolescência através da resolução do conselho de Ministros nº 5/2005.

Breve interpretação dos direitos da criança presentes nos instrumentos nacionais

A CRCV no seu artigo 74.º declara a criança como sujeito de direito estipulando alguns direitos da criança como por exemplo a proteção da família, da sociedade e dos poderes políticos, com vista ao seu desenvolvimento integral.

O artigo 119.º do CC estabelece alguns direitos da criança como por exemplo o direito ao nome, à conhecer os pais, a crescer e a desenvolver de maneira saudável, a não ser separado da família, a alimentos, à prática de desportos e à cultura física, etc.

No seu artigo 132.º, enumera alguns deveres do menor: respeitar os pais, as famílias e os mais idosos; obedecer os seus pais ou tutores cumprir os seus preceitos; respeitar os direitos dos outros e cumprir os deveres sociais impostos pela lei.

De acordo com o CC, é considerado menor quem não estiver completado os dezoito anos de idade, e a incapacidade do menor termina quando atingir os dezoito anos de idade ou quando são emancipados pelo pleno direito de casamento conforme se estabelece no artigo 138.º do mesmo código.

O direito à convivência familiar é um direito fundamental da criança segundo alguns autores estudados. Assim, para que haja uma boa convivência entre pais e filhos é preciso que haja o respeito pelos direitos tanto de um lado como pelo outro. O código civil cabo-verdiano, nos seus artigos 1811 e 1816.º, estabelece os direitos e deveres dos filhos, e também os direitos e deveres das crianças.

O CL estabelece a idade mínima para o menor começar a trabalhar. Nenhum menor pode trabalhar enquanto não completar a idade de escolaridade obrigatória e em caso algum antes de perfazer os dezoito anos (artigo 261.º, 1 do código laboral cabo-verdiano). A idade mínima legal para trabalhar é de quinze anos. De acordo com o código, as crianças com idade compreendida entre os quinze e os dezoito anos não podem trabalhar mais de trinta e oito horas por semana. Já a constituição estipula que as crianças menores podem trabalhar apenas em pequenos trabalhos domésticos.

Ainda o artigo, 264.º, 1 do mesmo, consta que os menores não podem praticar atividades que não sejam conforme com o seu desenvolvimento físico e intelectual.

O CL serve como a parte legal que atribui multa a aqueles que desrespeitarem os direitos das crianças estabelecidos tanto na CRCV, como no código civil e laboral cabo-

verdiano. Por exemplo a lei pune, todos os que fomentam ou facilitam a prostituição e a exploração de crianças menores de 14 anos de idade com uma pena de dois a oito anos de prisão. Se a vítima for menor de 16 anos de idade, a pena é de um a cinco anos de prisão.

O direito à família também é um direito fundamental estabelecido na CRCV no seu artigo 82.º em que define a família como um elemento fundamental e a base de toda a sociedade e cabe ao Estado a execução de algumas tarefas que visam a proteção da família. Tarefas estas, disposta no artigo 88º da constituição da CRCV.

O direito à proteção na infância é outro direito consagrado na CRCV, em que no seu artigo 90.º, 2 consagra que a família, o estado e a comunidade deverão garantir a proteção da criança de todas as formas de discriminação e de opressão, bem como a exploração do trabalho infantil, etc.

O direito à educação como um direito fundamental de todo o ser humano, é também um direito consagrado na CRCV (artigo 78.º) e, também no artigo 47.º do ECA, que estabelece no número 1 do mesmo artigo que “a criança e o adolescente têm direito à escolaridade obrigatória e gratuita e o seu insucesso escolar não pode de forma alguma ser motivo de expulsão do sistema educativo”.

O artigo 48.º do Estatuto estabelece algumas políticas de educação, com vista a melhoria do processo educativo das crianças e dos adolescentes, visando assim o aumento das oportunidades futuras. “...o estado cria programas de recuperação para o sistema educativo das crianças e dos adolescentes com insucesso escolar nomeadamente através de acompanhamento especializado e outros recursos pedagógicos.”

De acordo com um relatório dos direitos humanos em CV em 2014, o governo disponibilizou educação grátis e universal a todas as crianças compreendidas entre os seis e os doze anos. O ensino continuou a ser obrigatório até aos 11 anos de idade. O ensino secundário era grátis apenas para as crianças, cujas famílias tinham um rendimento familiar anual inferior a 147. 000 Escudos.

As preocupações com a educação em CV remetem para a época colonial. No que diz respeito ao ensino primário é criado em 1966 que passou em 1892 ao Seminário-liceu, pelo Decreto de 3 de setembro mantendo-se durante 51 anos como único estabelecimento de ensino secundário em todo o arquipélago (Andrade, 2011).

A educação foi vista logo a independência do país como uma prioridade nacional, tendo investido de forma integrada em vários sectores para proporcionar o acesso ao ensino a todas as crianças (UNICEF, 2009).

O programa de governo 2011/2016 traz a prioridade de desenvolvimento de uma política integrada da criança com a implementação de programas transversais que tragam a 1.4.2- cooperação de todos os atores no processo educativo. Traz também a integração das crianças portadoras de necessidades especiais dentro do sistema de ensino como um ponto a ser fortalecido (UNICEF, 2009).

1.4- Cabo Verde e a Convenção internacional dos direitos da criança

Em 1991, com a adesão de CV a CIDC, profundas mudanças aconteceram em relação às políticas adotadas em relação á promoção e defesa dos direitos da criança. Sendo assim a constituição de 1992, vai dar maior dignidade constitucional à problemática da criança e o destaque digno de uma sociedade democrática (Andrade, 2011).

Os dispositivos da Convenção para a legislação interna, através de um conjunto de legislação nomeadamente, os códigos da família, penal, dos menores e Civil.

Como ficou dito anteriormente a CIDC estipula os dezoito anos como limite para a maioridade. Só é considerado criança e adolescente o individuo até dezoito anos incompletos. Convém referir que o código civil determina também os dezoito anos para a maioridade.

CV ratificou a CIDC em 1992. A ratificação implica deveres e obrigações por parte do Estado. É sem dúvida um documento de grande importância que veio mudar a situação e as circunstâncias de vida das crianças. CV vem assumindo os seus compromissos com as crianças /adolescentes desde a sua independência (Andrade, 2011).

1.4.1- Cabo Verde e o Estatuto da criança e do Adolescente

O ECA aprovado pela lei nº 50 VIII/2013, do B.O.I Série, nº 70 de 26 de Dezembro, constitui um marco importante na consolidação de todo o sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente em CV.

O ECA visa promover, proteger e restituir os direitos inerentes à criança e ao adolescente, garantindo-lhes o seu desenvolvimento integral e a construção da sua plena autonomia pessoal e cidadã, de acordo com o estabelecido pela CRCV, pelos tratados internacionais que Cabo Verde é parte e pelas demais leis da República (artigo 3.º do ECA).

O Estatuto define os direitos fundamentais das crianças e aborda o sistema de proteção dos direitos fundamentais fazendo menção a uma política de proteção integral que deve:

...refletir de maneira articulada e sistemática os compromissos do Estado e a sociedade com o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes através das políticas setoriais de saúde, educação, desporto, cultura, recreação, jogo, trabalho, segurança social, proteção especial e promoção da liberdade, responsabilidade e autonomia pessoal (UNICEF, 2009).

1.4.2- Crianças de rua e a violação dos seus direitos

Quando nos referimos a crianças de rua significa que estamos na presença de alguém que por alguma ou algumas razões vive uma realidade social marcada pelo afastamento da família, de um lar e o seu dia-a-dia é vivido na rua entregue a si mesmo (Alves, 2015).

Crianças em situação de rua são seres humanos em desenvolvimento, que podem apresentar algumas características psicológicas sadias, apesar das dificuldades impostas por um ambiente hostil. Acabam por desenvolver estratégias para lidar com circunstâncias que podem expô-las à riscos e torna-las nesse caso vulneráveis (Koller e Hutz, 1997).

Uma vez na rua, as crianças sentem-se marginalizadas, excluídas da sociedade e, isso provoca alguma falta de sentimento de pertença, perda, ou seja falta de vínculos sociais e afetivos (Alves 2015).

De acordo com Silva (2015), as transformações económicas e sociais que marcaram a última década do séc. XX foram determinantes na qualidade de vida e bem-estar das crianças.

Aliás foi neste século que segundo Alves (2015), a preocupação com as crianças de rua mereceu grande destaque, tendo-se tornado uma prioridade para os organismos nacionais e internacionais promotores de bem-estar e da dignidade humana.

A temática criança em situação de rua em ganhou visibilidade crescente em CV nos anos 90 e isto fez com que este fenómeno tornasse oficialmente um problema social (Silva 2015).

Para Lima (2014) uma vez que o sistema não consegue garantir o bem-estar de todos os indivíduos, deixa margem de manobras para aqueles que não tendo recursos satisfatórios para a manutenção de uma vida razoável.

Nesta mesma ótica Anjos e Varela (2005), argumentam que o fenómeno das crianças de rua em CV tem a ver com o tipo de pobreza existente no país, pois a pobreza em CV centra-se em larga medida na população feminina juvenil, e os mais jovens e mais pobres estão resididos na sua maioria em famílias chefiadas por mulher.

Ainda os autores acrescentam que a pobreza e a irresponsabilidade paterna são as duas bases sociológicas do processo que levam a emigração das crianças para a rua.

Os autores definam ainda dois tipos de territórios de sociabilidade de rua distinguidos pelas crianças e adolescentes de acordo com a forma como a problemática da situação de rua apresenta em CV:

- ✓ As territorialidades construídas nas esquinas, praças, polivalentes e outros espaços públicos dos próprios bairros de moradia das crianças;
- ✓ As territorialidades construídas nos espaços nobres e/ou centrais dos meios urbanos.

Assim, os autores concluem que apenas uma parte das crianças que não constituem territórios de sociabilidade fora de seu bairro de origem, está em situação de rua.

Em CV a Instituição mais antiga para crianças em risco é (...) provavelmente o assim dito Albergue, que foi construído na época colonial nos arredores de Mindelo e, tinha como função reeducar crianças em situação de desabrigo. Teve uma grande importância na cidade na época do Porto grande, graças a direção do fotógrafo e escritor João Cléofas conhecido por Nhô Djunga (1901-1970).

O desenvolvimento físico de crianças e de adolescentes tem sido discutido principalmente em estudos da área médica (nutrição, uso de drogas, puberdade, etc.). No que se refere às estratégias de sobrevivência, este tem sido uma das maiores preocupações da psicologia. Pois sabemos que as crianças em situação de rua estão dispostas à violência, doenças e acidentes, tendo maior dificuldade de ter atendimento médico para trata-los (Hutz e Koller 1997).

O quadro abaixo, apresenta alguns aspetos de desenvolvimento físico das crianças em situação de rua enfatizando fatores de vulnerabilidade e estratégias para garantir a sua sobrevivência:

Tabela 3- Aspetos de desenvolvimento físico das crianças em situação de rua

Área de desenvolvimento Física	Evidência de risco ou de vulnerabilidade	Evidência de adaptabilidade ou estratégia
Abrigo	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de abrigo • Frio e chuva 	<ul style="list-style-type: none"> • Engenhosidade • Conformidade • Oportunismo
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Acidentes • Violência 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção do grupo e das Instituições
Nutrição	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de garantia de alimentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Conformidade • Engenhosidade • Reciprocidade
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de drogas • DST/AIDS • Doenças não tratadas • Acidentes, violências 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio Institucional • Conformidade

Fonte: Hutz e Koller (1997)

1.4.3- Políticas de proteção à infância em Cabo verde

De acordo com Montagut (2000) citado por Andrade (2011), define-se políticas sociais como política de assistência do governo, ou seja, o desenvolvimento e direção de serviços públicos específicos e as autoridades locais em áreas como a educação, saúde, rendimentos, previdência, ajuda económica, trabalho, assistência e serviços sociais, etc.

De 1975 à 1980, entre as políticas implementadas pelo Governo (PAIGC), não havia a regra que dizia especificamente à criança. A primeira intervenção legislativa no que concerne a menoridade acontece com a publicação do Decreto nº 57/75 de 6 de Dezembro (Andrade, 2011).

Em 1980 com a separação de CV e Guiné e a transição para PAICV (Partido Africano para a independência de CV), os avanços em termos de política dirigida à criança verificam-se mais ao nível da justiça (Andrade, 2011).

Segundo Monteiro (2006) citado por Andrade (2011), de 1975 a 1980, o estatuto da criança não teve tratamento constitucional. Quem vem possibilitar esse tratamento é a constituição de 1980.

Segundo o autor, o segundo programa do PAICV, 1981-1985 e já na vigência da Constituição de 1980, também não autonomizou uma política sistematizada para a criança.

Ainda o autor cita que no terceiro programa do Governo, para 1986/1990, encontram-se no contexto da justiça, saúde e educação, os seguimentos de uma política para a criança. É aprofundada o reconhecimento da criança como um dos grupos vulneráveis a considerar nas prioridades governamentais. O desenvolvimento de atividades junto da família e da comunidade, aconselhando a intensificação institucional e a implementação de programas para o setor.

A articulação das políticas públicas para crianças e adolescentes é estabelecida por meio da política de proteção integral que é de responsabilidade do Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA). A proteção dos direitos da criança se dá nos concelhos por meio de Comités Municipais de proteção de direitos da criança e do adolescente que também é coordenado pelo ICCA, pelas estruturas locais do ICCA existentes no Municípios tais como Delegações, Centros de Emergência Infantil, Centros

de Proteção e Reinserção Social, Centros de acolhimento/dia, Redes de família de acolhimento substituta, etc., Centros do projeto “Nos kaza” (UNICEF).

O ICCA é o órgão encarregado para a promoção e execução da política social para a infância e adolescência e substitui o antigo instituto cabo-verdiano de menores (ICM).

O ECA estabelece no seu artigo 72.º, o seguinte:

1- Cabe ao ICCA a coordenação da política de proteção nomeadamente através de:

- a) Estabelecimento de diretrizes a seguir pelos serviços públicos e privados no domínio da infância e da adolescência;
- b) Celebração de protocolos com serviços públicos e privados no domínio da Infância e da adolescência;
- c) Acompanhamento e controlo das ações públicas e privadas no domínio da Infância e da adolescência, de acordo com as diretrizes aprovadas.

2- Cabe ao ICCA e às demais instituições públicas e privadas do setor a execução da política de proteção.

3- Em matéria de proteção especial, compete ao ICCA promover a criação de programas com vista a fazer face às situações de emergência que requeiram restituição imediata dos direitos da criança e do adolescente.

4- Nas tarefas relacionadas com a execução da política de proteção, o ICCA recorre a parceria da cooperação internacional e de instituições especializadas, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO II- FASE METODOLÓGICA

A metodologia adotada no decorrer do trabalho, baseou-se inicialmente no levantamento e análise de documentos oficiais como por exemplo: Código laboral Cabo Verdiano; Código Civil; Código Penal; a Convenção Internacional dos Direitos da Criança; O Estatuto da Criança e do Adolescente; e da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Coadjuvou-se com pesquisas da internet, com o intuito de apresentar e descrever conceitos que fazem parte do tema de acordos com artigos publicados.

Esta fase metodológica iniciou-se no mês de Maio de 2016, onde foi definida também a população alvo e a amostra.

A metodologia desenvolvida nesta investigação, encontra-se dividida em: tipo de estudo (justificação), população alvo e amostra, instrumento de recolha e procedimentos éticos que devem ter em conta numa investigação.

2.1- Tipo de estudo

Para uma melhor análise da percepção que as crianças têm dos seus próprios direitos e como é que estão sendo implementadas as políticas de proteção das mesmas, achou-se necessário optar-se por um estudo qualitativo, descritivo, de abordagem fenomenológica. Pois este tipo de estudo adapta-se melhor às exigências do mesmo.

Neste tipo de estudo busca-se a profundidade da própria realidade, conduzindo-se ao melhor entendimento de um fenómeno.

2.2- População alvo e amostra

A população alvo são as crianças institucionalizadas no na Aldeia SOS de São Vicente e no ICCA, e os informantes chaves, ou seja, os responsáveis das instituições que trabalham diretamente com as crianças em SV: a Direção da Aldeia SOS de SV, a Direção do ICCA de SV e a Procuradoria da República.

Assim sendo a amostra da presente pesquisa, é constituída por doze crianças dos 10 a 17 anos de idade, de acordo com a CIDC, seis destas fazem parte da Instituição Aldeia SOS de SV, e as restantes fazem parte do ICCA. São crianças que frequentam a Escola, não são portadores de nenhuma deficiência e têm capacidade para participarem da entrevista.

Dos informantes chaves destacam-se três, a Diretora da Aldeia SOS; o Diretor do ICCA, e o Procurador da República (menores) de São Vicente.

2.3- Instrumento de recolha

Os dados deste estudo foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, realizadas aos responsáveis das instituições referidas no trabalho e também às crianças. Esse tipo de entrevista combina perguntas fechadas e perguntas abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

Antes da aplicação das entrevistas, foi elaborada como é óbvio, um guião de entrevista que foi aprovada pela minha orientadora. As entrevistas tiveram início no mês de Junho. Entrevistou-se a diretora da Aldeia SOS de SV.

Para a recolha das informações junto as crianças de ambas as instituições, recorreu-se a metodologia de grupo focal (técnica de entrevista direcionada à um grupo organizado partir de certas características identitárias, visando obter informações qualitativas).

2.4- Procedimentos éticos

Quando se trata de pesquisa que envolva seres humanos é preciso deixar claro o respeito às normas éticas.

É preciso contar com o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa. Para efetuar as entrevistas, foi elaborado um pedido por escrito à presidente do ICCA da Cidade da Praia, com o intuito de pedir permissão para realizar a entrevista com o delegado do ICCA de SV e com as crianças da Instituição. De igual modo, foi

elaborado um pedido também por escrito à Delegada da SOS de SV, para poder ter autorização para entrevistar às crianças da instituição, garantindo a boa imagem das mesmas, e a própria Delegada. Utilizou-se o mesmo procedimento ao procurador de menores foi feito o mesmo.

CAPÍTULO III- FASE EMPÍRICA

3.1- APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta fase foi feita a apresentação dos resultados das entrevistas sendo discutidas e analisadas posteriormente. Procedeu-se com a análise de conteúdo que é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados (Mozzato e Grzybovski, 2011).

Nesta fase é importante que as informações recolhidas vão de encontro com os objetivos definidos, para que os mesmos sejam alcançados.

3.2- Apresentação dos dados da Diretora da Aldeia SOS

A entrevista no Centro Social SOS em SV foi dirigida à Diretora da Instituição, por ser a pessoa mais adequada para responder as questões da entrevista.

Assim achou-se pertinente agrupar as questões da entrevista em onze (11) categorias:

1ª Categoria: SOS/ História e funcionamento;

2ª Categoria: Relação existente entre o Centro SOS e as outras instituições que trabalham com crianças;

3ª Categoria: Processo de institucionalização das crianças;~

4ª Categoria: Crianças de rua/ Políticas para promoverem os seus direitos;

5ª Categoria: SOS/ Financiamento;

6ª Categoria: Integração sociofamiliar das crianças da SOS;

7ª Categoria: SOS/Procuradoria;

8ª Categoria: Crianças de hoje/ Crianças de outrora;

9ª Categoria: SOS/ CIDC;

10ª Categoria: Alienação parental;

11ª Categoria: SOS/ Parcerias.

1ª Categoria: SOS/ História e funcionamento

Resposta: “...as aldeias SOS são uma organização internacional, privada, de ajuda às crianças e sem fins lucrativos. Trabalha desde 1949 na promoção e defesa dos direitos da criança. O objetivo inicial das Aldeias SOS foi o de colher crianças órfãos, vítimas da segunda guerra mundial. Mas com o passar do tempo foi ampliado com programas para famílias, comunidades, etc. Em 1980, foi fundada em cabo Verde a primeira associação das aldeias SOS, uma organização considerada uma Organização não-governamental (ONG).

De um acordo assinado entre o governo de CV e a SOS internacional, surgiu a primeira Aldeia infantil SOS no País na Cidade da Praia. Essa primeira Aldeia SOS começou a funcionar em 1954 e acomodava quinze crianças.

Em CV as Aldeias SOS estão presentes na ilha de SV e na ilha de Santiago, porque são as ilhas que inicialmente apresentam maiores dificuldades, embora já avançaram para a ilha do Sal. Está previsto ainda a criação de mais dois centros Sociais em CV...”

Em SV, inicialmente o trabalho desenvolvido pela SOS funcionava no Centro de Acolhimento Noturno situado na Rua Renato Cardoso, espaço esse cedido pela Câmara Municipal. Tinha como principal objetivo acolher as crianças de rua, tirando-os do ambiente que fazia perigar o seu desenvolvimento, dando-lhes condições de conseguirem uma vida digna. O centro acolhia em regime de internamento e semi - internamento, cerca de 30 crianças em situação de rua e de vulnerabilidade (crianças cujas famílias não conseguiam garantir o acesso aos bens essenciais da vida) onde recebiam apoio a todos os níveis: saúde, alimentação, apoios psicossociais, educação, higiene e capacitação.

Após algum tempo viu-se que o espaço era muito pequeno para o trabalho que a SOS pretendia realizar em SV, no âmbito do Programa de reforço a Estrutura familiar e prevenção ao abandono infantil. Foi neste âmbito que a Câmara Municipal cedeu um terreno às Aldeias SOS na comunidade de Ribeira de Julião, com a finalidade de

construir um espaço adequado para apoiar e acolher o maior número de crianças, bem como as suas famílias...”

2ª Categoria: Relação existente entre o Centro SOS e as outras instituições que trabalham com crianças

Resposta: “...O Centro Social SOS de SV é um projeto da Fundação das Aldeias Infantis SOS de CV, que iniciou as suas atividades em 2008. É uma Instituição de caris social, não-governamental, sem fins políticos e nem religiosos”.

Trabalha orientado por um programa denominado Programa de Prevenção ao Abandono Infantil e de Reforço a Estrutura Familiar – FS, cujo objetivo é satisfazer as necessidades das crianças e jovens carenciados, assim como as famílias, cuja estrutura e ambiente familiar fazem perigar a sua estabilidade, ao ponto de colocar em risco a sua permanência domiciliária e a segurança da sua família. Esse trabalho que é feito diretamente com as famílias e comunidades, e com o apoio das autoridades locais, permite às crianças em risco de perder os cuidados de sua família ou que já perderam esses cuidados, de crescerem num ambiente saudável e acolhedor, pois as famílias e a comunidade são capacitadas para que possam efetivamente proteger e cuidar das suas crianças.

Nós construímos as famílias para crianças em necessidade, nós ajudamos amoldar os seus próprios futuros, e nós compartilhamos no desenvolvimento das comunidades.

As crianças em risco de perder o cuidado de sua família são o nosso grupo alvo. Os nossos programas são direcionadas mais para esse público. Isso significa identificar um grupo alvo claro e em seguida, concentrar-se nas crianças que vivem nas circunstâncias mais vulneráveis como por exemplo as crianças de rua. O nosso grupo alvo é especificado de acordo com os principais fatores que colocam as crianças em risco de perder o cuidado da sua família. De realçar que inicialmente o Centro tinha como objetivo acolher crianças de rua, e capacita-las através de formações e aulas de Alfabetização, mas com o tempo viu-se que em São Vicente não existia muitas crianças de rua e que pelo contrário, existia inúmeras crianças em situação de risco e de um certo abandono e desresponsabilização por parte das famílias, pelo que passaram a fazer um

trabalho de prevenção, acolhendo todas as crianças que necessitam do apoio, e que fazem parte do grupo-alvo...”

3ª Categoria: Processo de institucionalização das crianças

Resposta: “... nesse momento temos doze crianças internas e, apoiamos 1012 crianças. Ou seja trabalhamos com 1024 crianças nos quais doze são internos. Temos deparado com alguns casos de crianças que venham para a instituição, mas depois não gostam e preferem ir para a rua novamente. São situações onde temos que trabalhar muito para ver se conseguimos trazer a criança de volta para a instituição. Muitas vezes também as famílias mostram algumas condições propícias, mas noutros casos apresentam o contrário, pois as dificuldades dentro da família levam as crianças a voltar para a rua. É um longo trabalho que temos vindo a fazer de maneira a conseguirmos grandes ganhos possíveis. É importante ressaltar que qualquer pessoa pode encaminhar crianças em situação de risco. Qualquer pessoa que em algum momento viu que os direitos de uma criança estão sendo postos em causa é importante que denuncie o caso...”

4ª Categoria: Criança de rua/ políticas para a promoção dos seus direitos.

Resposta: “...a nossa política baseia-se nos valores das Aldeias Infantis SOS, na CIDC e na experiência e participação das várias associações das Aldeias Infantis SOS.

Temos políticas de proteção, que tem com fim prevenir os casos de abusos de crianças e reduzir os números de incidentes, fazer com que as crianças tenham consciência dos seus direitos e do seu papel ativo na proteção de menores, estimular debates abertos acerca de abuso de menores em reuniões e seminários nacionais em todos os programas e instalações entre todos os parceiros.

Apoiamos a comunidade a organizar-se, para encarar a situação das crianças vulneráveis.

É ativamente suportado o desenvolvimento de redes e organizações de apoio e assistência sustentável à criança baseado na comunidade. Trabalhamos com o objetivo claro de comunidades tornando-se auto-suficiente em apoio as crianças que correm o risco de perder o cuidado de suas famílias.

Atualmente o Centro Social SOS aposta no trabalho a nível da intervenção comunitária, com a implementação do Programa FS em três comunidades de S. Vicente, (Ribeira Bote, Ribeira de Craquinha e Bela Vista). Este projeto conta com o apoio e o forte engajamento de parceiros sediados nas próprias comunidades, bem como outras instituições de carácter transversal. A nova estratégia de trabalho a nível de intervenção comunitária, veio para colmatar algumas lacunas existentes no trabalho já desenvolvido com as famílias, bem como para diminuir o assistencialismo e a dependência das famílias para com o Centro Social.

Existem Centros de Intervenção Comunitária nas comunidades de Bela Vista e R^a Bote, e R^a Craquinha devido a falta de espaço na comunidade, está funcionando numa sala cedida no Centro Social SOS. Os Centros têm a finalidade de trabalhar as crianças e suas famílias diretamente nas comunidades com o apoio e envolvimento dos parceiros comunitários e os parceiros locais que desempenham funções transversais nas três comunidades...”

5ª Categoria: SOS/ Financiamento

Resposta: *“...temos o financiamento de algumas estruturas tanto nacionais como internacionais. A nível internacional, somos financiados por SOS de Luxemburgo. Temos ajudas de parcerias de empresas que financiam projetos, apoio também da Câmara Municipal. A SOS conta também com o apoio financeiro de pessoas físicas.*

Para além do apoio financeiro, a organização conta também com a divulgação de embaixadores nacionais e internacionais...”

6ª Categoria: Integração sociofamiliar das crianças do Centro SOS

Resposta: *“...o processo de integração sociofamiliar das crianças não é uma tarefa fácil. Há todo um conjunto de desafios que deparamos em muitos casos de crianças que não conseguiram se adaptar as novas realidades encontradas dentro da Instituição, ou situações onde foram difíceis encontrar um solução para a criança, porque a família biológica não tem condições ou porque não se consegue encontrar uma família com capacidade para receber a criança no seu seio. Esmo que poíamos famílias para a auto-suficiência, isto não chega, porque o mais importante não é aquele aspeto*

financeiro, mas também aquela boa convivência familiar que não deixa de ser um direito fundamental da criança. Não é fácil essa tarefa. Temos, portanto trabalhado arduamente na tentativa de conseguir sempre inserir as crianças no seio de uma família, mas temos deparado com inúmeros desafios. Porque acreditamos que o importante não é encontrar uma família e colocar lá a criança. Mas fazer uma avaliação da família a priori, ver se esta tem condições para ter no seu seio a criança e só depois reintegra-la. Porque caso contrário estaríamos a tirar a criança de uma situação e coloca-la noutra mesma situação, onde os seus direitos continuariam a ser postos em causa...”

7ª Categoria- SOS/ Procuradoria

Resposta: *“...temos contactos directos com o procurador. Damos conhecimento ao ICCA, enquanto uma organização estatal. Temos portanto uma relação de aproximação, onde não é preciso marcar nenhuma audiência, exceto nos casos que tomar muito tempo. Geralmente tratamos mesmo por telefone ou por correio eletrónico, ele nos dá indicações de casos precisarem de suporte. O Centro SOS é apoiado pela procuradoria por todas as formas. Se tivermos alguma dúvida em termos legais eles nos tiram as dúvidas. O próprio relacionamento é de cooperação porque todos os casos de crianças que tomamos como internos, é enviado um processo a informar o porquê da criança estar na instituição, como por exemplo em alguns casos de meninos de rua que venham para a instituição...”*

8ª Categoria: crianças de hoje/ Crianças de outrora

Resposta: *“...a evolução da criança é muito observada atualmente. Pois, o mundo mudou, muitas dificuldades desapareceram, mas ao mesmo tempo novos problemas surgiram. Ou seja estou a falar da globalização, que não afetou somente as pessoas adultas como também as crianças. O mundo globalizado veio mudar tudo. O que antigamente era difícil, hoje já é mais fácil, como é o caso da informação. E isso tem suas vantagens como também tem suas desvantagens para as crianças. Muita informação, a aprendizagem em coisas que não são propícias para as crianças aumenta, a criança acaba por aprender muito mais daquele que ele devia. A convivência familiar*

acaba por ser posta em causa, pois parece que as novas tecnologias tomam um lugar central nas famílias e a atenção passa a ser direcionada mais para eles.

Embora antigamente as crianças não tinham acesso a muitas coisas como têm agora, creio que antigamente em termos de educação, de convivência familiar tudo era melhor. Mesmo que havia aquela pobreza mas, havia sempre o respeito pelos pais, as crianças tinham noção dos seus deveres, cumpriam as ordens, e é nessa perspetiva que afirmo que o que falta nas crianças de hoje é isso, o conhecimento total dos seus deveres, saber que existem liberdades mas estes têm limites. Falar em necessidades não em termos materiais, porque as crianças de hoje em comparação com as de outrora, elas têm tudo. Tudo está ao alcance. Hoje em dia a educação é praticamente acessível a todos, antigamente apenas quem detinha alguma condição financeira conseguia estudar. Hoje há novas oportunidades na vida. É essa a grande diferença. As crianças de antigamente viviam num mundo fechado, mas viviam em família, com uma boa educação familiar e cumpriam os seus deveres. Hoje em dia, tudo mudou e, digamos que mesmo que mudou para muita coisa boa em relação ao acesso ao ensino, à informação, às novas tecnologias, por outro lado piorou no que se refere a educação em si, a convivência familiar quase que já não observa em muitas famílias...”

9ª Categoria: SOS/ CIDC

Resposta: *“...as Aldeias SOS atuam em concordância com a CIDC. O superior interesse da criança é a nossa consideração principal. Toda a criança tem o direito a desenvolver o seu potencial por inteiro à uma educação de qualidade, a participação e a não ser discriminada. A nossa política baseia-se fundamentalmente na Convenção. Os nossos princípios vão de acordo com a convenção. Defendemos que todas as pessoas têm a responsabilidade de defender as crianças e de as proteger de qualquer forma de exploração e de abuso, abandono, exploração, violência, etc.*

Trabalhamos no intuito de fazer com que os direitos das crianças presentes na Convenção sejam respeitados e, assim haver uma proteção integral das crianças, através de programas e debates, através de palestras que fazemos onde as crianças estão presentes para poder dá-los o conhecimento da CIDC...”

10ª Categoria: Alienação Parental

Resposta: *“...pois, são muitos os casos de crianças que passam por essa situação. Temos trabalhado nessa perspectiva, para consciencializar os pais das consequências que este problema pode trazer para as crianças. Os pais não pensam nenhum pouco no bem-estar psicológico dos filhos quando colocam a criança nessa situação.*

Há que entender que a separação dos pais, não implica a separação total destes com os filhos. Ambos têm direito de conviver com o filho, porque caso contrário é o direito da criança que estará sendo posta em causa, direito este que é o direito a convivência familiar que tanto falo e não deixo de repetir que é um direito fundamental da criança...”

11ª Categoria: SOS/ Parcerias

Resposta: *“...trabalhamos em conjunto com indivíduos, grupos, organizações e instituições, sempre que esta contribui para a realização dos nossos objetivos do programa. Através de nossa cooperação com autoridades do governo, da comunidade e de outros detentores de direito, incentivamos e apoiamo-los a atender às suas obrigações para com as crianças e suas famílias.*

Programas são implementados em parcerias com organizações locais ou grupos, serviços complementares são prestados por outras organizações, as respostas do governo são reforçadas através da partilha de conhecimentos e de outras formas de cooperação.

Temos parcerias com instituições de estrutura de estado como por exemplo de escolas, de hospitais, etc.

Parcerias também com o pessoal administrativo, de manutenção e de segurança nas instalações e de programas e escritórios de secretariado nacionais e internacionais;

Parcerias com sócios doadores, patrocinadores/ padrinhos, jornalistas e visitas e também por consultores e entidades externas que fornecem serviços...”

3.3- Apresentação dos dados do Diretor do ICCA de São Vicente

A entrevista realizada no ICCA em SV, foi dirigida ao Delegado da mesma (por ser a pessoa mais adequada para responder as questões a serem colocadas), e foi gravada em áudio.

De acordo com a metodologia utilizada, achou-se adequada agrupar a entrevista em dez (10) categorias:

1ª Categoria: Papel do ICCA;

2ª Categoria: ICCA e as outras instituições que trabalham com crianças;

3ª Categoria: Processo de institucionalização das crianças;

4ª Categoria: Crianças de rua/ Políticas Públicas disponíveis;

5ª Categoria: A integração sociofamiliar com as crianças do ICCA;

6ª Categoria: ICCA/Procuradoria da República;

7ª Categoria: Crianças de hoje/ Crianças de outrora;

8ª Categoria: ICCA/ CIDC;

9ª Categoria: Alienação Parental;

10ª Categoria: ICCA/ Parcerias.

1ª Categoria- Papel do ICCA

Resposta: “...a principal função do ICCA é zelar pelo cumprimento da legislação cabo-verdiana aplicável às crianças e aos adolescentes e contribuir para a formulação de uma política de atendimento aos direitos das Crianças e dos adolescentes...”

2ª Categoria- ICCA e as outras instituições que trabalham com crianças

Resposta: “ ICCA é um organismo estatal responsável para a definição de políticas públicas de proteção de crianças e adolescentes. É o organismo “chapéu”, pois é ela quem define e depois como parte do sistema de proteção de direitos das crianças que estão definidos no ECA, como ICCA, Tribunal, Procuradoria e ONG’s, que fazem

parte do sistema, então ICCA tem essa função, e o artigo 72.º do ECA vem dizer qual a função do ICCA e que o distingue das outras instituições...”

3ª Categoria: A institucionalização das crianças

Resposta: “...ECA define crianças até doze anos incompletos e adolescentes de doze a dezoito anos. Portanto, o publico alvo do ICCA vai de zero a dezoito anos.

ECA define que qualquer um de nós tem o dever de denunciar as situações de violação dos direitos das crianças e encaminhar o caso a entidades competentes. O ICCA tem um disco denúncia 800 10 20 que funciona vinte e quatro horas por dia, podem ser feitos também encaminhamentos para a polícia, tanto na polícia nacional como na polícia judiciária e procuradorias e tribunal. Qualquer pessoa pode denunciar uma situação de violação das crianças, desde da própria criança, aos familiares, à qualquer cidadã comum do país. Caso contrario, quem observar tal ato e não denunciá-la, estará fazendo parte da violação em causa.

Nós temos um programa que é “programa ambiente aberta”, mas como eu disse inicialmente, o sistema de proteção de criança é constituída por vários atores e o ICCA sozinho não consegue dar resposta a toda a problemática que diz respeito à criança e ao adolescente e, o ICCA tem um campo transversal que vai desde a educação à saúde e outros problemas que tocam nas crianças e nos adolescentes. Então nós em São Vicente há alguns anos, quem vem trabalhando com crianças de rua mais em terreno, é o Centro Social SOS. Nós temos trabalhado com eles como parceiros, trabalhar no aspeto de ajuda-las a ir para as suas famílias, tentar acelerar situações com a procuradoria, decisões judiciais, fazemos também. Com a entrada das Aldeias SOS em SV este foi o objetivo inicial da Aldeia, trabalhar com as crianças de rua em SV como parte integrante do sistema de proteção da criança e do adolescente. Começou-se com um programa de prevenção de abandono infantil que depois desenvolveu para o Assistente Social SOS...”

O número de crianças na Instituição é um número que varia. Convém especificar que em São vicente temos três centros. O Centro de emergência infantil que disponibiliza até catorze crianças com idade compreendida entre zero a doze de ambos os sexos. São crianças acolhidas em situações de emergência e de origem de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Boa vista e Sal, porque não existem Centros de

emergência nessas ilhas. Nesse momento temos dezoito crianças, é um centro com capacidade para doze crianças. Já houve alturas que tivemos trinta e seis. É um número que varia. Hoje podemos ter dezoito, amanhã podemos conseguir fazer uma integração familiar e esse número diminuir.

No centro juvenil Nhô Djunga, temos rapazes de seis á dezoito anos. É um centro de longa duração, onde as crianças já ficam no centro quando é esgotada a possibilidade de integração familiar. Nesse momento temos nove internos no Centro Juvenil Nhô Djunga.

O Centro Orlandina Fortes é um Centro de dia. É um centro onde as crianças vão mais para acompanhamentos escolares, atividades de lazer, onde as crianças que estavam em linha de estar na rua, as famílias vão trabalhando durante o dia. Hoje têm onde ocupar, têm quem ajuda-los no acompanhamento escolar, leva-los para prática desportiva. Com isso conseguimos proteger nesse momento cinquenta e seis crianças.

Temos também crianças que são acompanhadas na delegação do ICCA que vai desde o apoio psicossocial à outros tipos de trabalho através de programas que existem no ICCA que são Programas de Emergência infantil, serviço social, família de acolhimento e trabalhamos também com a procuradoria e o tribunal. Trabalhamos também com outras famílias, temos um programa que é escola de pais, onde lhes são atribuídas algumas ferramentas para cuidarem melhor dos seus filhos, ou seja, acabamos por apoiar também as famílias indiretamente...”

4ª Categoria- Crianças de rua/ Políticas publicas disponíveis para a resolução do problema

Resposta: *“...temos feito um trabalho juntamente com o centro Social SOS. No ano passado, no mês de fevereiro foi feito um levantamento de crianças de rua e na rua, onde foi feito um trabalho conjunto entre técnicos do ICCA e técnicos do Centro SOS, técnicos de Irmão Unidos, a Camara participou mas não no terreno em si e, a partir de lá foi traçada algumas estratégias que poderiam ser utilizadas na tentativa de diminuir a situação de crianças d rua. Infelizmente, não conseguimos mudar a situação de todas, uma vez que foram enviadas para o Centro social SOS, infelizmente não conseguiram adaptar e acabaram por sair da instituição e hoje continuam na rua. Convém mencionar*

que, existe uma certa atratividade na rua para as crianças que lá preferem estar que é o fator liberdade, porque quer em família, quer nas Instituições, a criança tem regra e, o que se observa é que muitas delas não querem saber disso. Então rua vira-se um atrativo para elas, pois é o ambiente onde eles podem ser livres para fazerem o que quiser e não só também obter tudo o que quiserem: comida, dinheiro, etc. Na minha opinião é aqui que se encontra a maior dificuldade em trabalhar com este público e ainda muitas pessoas acham que solução para eles é retirar-las da rua e inseri-las diretamente no centro. Não! É preciso conquistar a criança no seu espaço, mostra-la quais as vantagens de não estar na rua e depois cabe só a ele tomar a decisão de sair da rua ou não. Muitas vezes o que acontece é que as crianças quando aproximam dos catorze, quinze e dezasseis anos começam a mudar, começam a ver o que podem fazer, uma vez que já comecem a ter a noção que com dezasseis anos vão para cadeia. Então o que ele fazia antes deixa de o fazer porque já tem a noção que podem ser penalizadas partir dos dezasseis. É nesta faixa etária que todos começam a pensar em mudar de vida e de atitude.

Crianças de rua e na rua sempre existiram em SV e, muitas vezes as pessoas dizem: “...São Vicente tem muitas crianças de rua”. Ora, infelizmente tem, mas que não seja mais do que em outros lugares. Em SV o número de crianças na rua parece em demasiado, isto porque, de acordo com estudos que fazemos, a maioria das crianças vão para o centro da cidade. O local de atuação é onde tem movimentos de pessoas, de comércio e bares e se formos ver, podemos observar que essas crianças são uma minoria que a priori parece uma grande quantidade, porque concentram praticamente no mesmo lugar.

Muitas vezes as pessoas vejam crianças na rua e pensam que o ICCA não está a desempenhar o seu papel, mas não sabem quantas vezes que as crianças já passaram por aqui, quantas tentativas já foram feitas com elas. Então onde estará o erro? Mais uma vez a questão da liberdade que eu tinha dito inicialmente. Podemos perguntar às crianças:

“ Mas porquê preferem estar na rua se na Instituição vocês são bem tratados, têm uma boa alimentação, dormem em melhores condições?”

O ECA no seu artigo 113 fala de procedimentos imediatos, onde as crianças podem ser retiradas da rua, mas depois há que avisar a procuradoria ou dá-los

conhecimento que a criança foi institucionalizada para a procuradoria legalizar a institucionalização, porque depois da entrada em vigor do ECA, já não temos o poder de institucionalização a não ser em procedimentos imediatos, mas há que dar conhecimento ao poder judicial para este legalizar o caso, ou seja, concordar coma medida aplicável e que a institucionalização pode sim ser uma daquelas medidas para restituir o seu direito. Outra forma poderia ser a integração familiar, que é uma das medidas que o ECA também refere.

Portanto é este o procedimento feito quando é institucionalizada as crianças em situação de rua.

Em termos de políticas públicas o ICCA tem um projeto que é denominado de projeto Nós casa que existe na Cidade da Praia, na ilha do Sal e também na ilha do Fogo. Mas por falta de financiamento não foi possível em SV.

Ao nível nacional é este o projeto que o ICCA tem direcionado para as crianças de rua. Também tem projeto de crianças em situação de risco que é onde é apoiada famílias e crianças desde o aspeto de educação, saúde e apoio alimentar.

O ICCA tem um outro programa que é família de acolhimento onde existe alguns critérios que foram definidas para algumas famílias que podem acolher a criança em vez de estar institucionalizada e a família é apoiada para ter no seu seio a criança. Apoiar na escola, oferecendo a criança material escolar, apoia também na saúde e também em necessidades básicas. Portanto é isso que o ICCA tem feito na problemática de crianças de rua...”

5ª Categoria- A integração sociofamiliar das crianças

Resposta: *“...o Centro de emergência é um lugar onde as crianças poderiam supostamente ficar durante seis meses e a partir daí é feito um trabalho para procurar uma solução para elas ou a reintegração familiar ou o acolhimento na família substituta, ou, acolhimento numa instituição de longa permanência como é o caso do Centro juvenil Nhô Djunga. Durante esse período é feito um trabalho junto com familiares, tanto próximos como família alargada para ver qual delas têm maiores condições para ficar com a criança e onde os seus direitos irão ser respeitados. É feito todo um trabalho pelos educadores sociais que trabalham no centro, juntamente com psicólogos que trabalham*

no centro, ou seja um equipa multidisciplinar e que é uma decisão que depende sempre do tribunal e da procuradoria. Pois a procuradoria faz a proposta e o tribunal toma a medida de acordo com o nosso trabalho com o nosso parceiro.

São muitos os desafios do processo sociofamiliar da criança. Primeiro é definido um prazo para trabalhar com a criança e quando começa-se a deparar-se com as condições que a criança tem, descobre-se alguns problemas que a família de acolhimento possui e, muitas vezes o fator de pobreza, as fracas condições económicas que depois vêm afetar em outras coisas. Muitas vezes, muitas delas acabam por não querer saber da criança, não existe uma proteção adequada para as mesmas, portanto, é muito complicado. Muitas vezes precisamos ir mais afundo, fazer visitas domiciliaras, ver qual família fica melhor para a reintegração da criança, mas depois vem outros problemas porque descobre que a família em vista é uma família onde observa-se diversos conflitos familiares que podem afetar a criança. Portanto tem muitas coisas que podem afetar. Por outro lado, tem situações que a criança chegou aqui hoje e saiu amanhã, porque facilmente foi encontrada uma solução. Então cada caso acaba por ser um caso, depende e varia mesmo em termos de resolução tanto de complexidade como de tempo disponível para conseguir solucionar o problema. Existem outras situações que passam anos e anos para conseguir uma solução para a criança. Enquanto isso cabe a outros parceiros função de proteger a criança...”

6ª Categoria- ICCA/ Procuradoria da Republica

Resposta:“...há todo um conjunto de trabalho que o ICCA faz em conjunto com a procuradoria. No artigo 113 do ECA que fala de procedimentos imediatos, pois qualquer procedimento que fazemos, temos que dar conhecimento ao Ministério Público até quarenta e oito horas e apresentar ao tribunal a situação, ou seja, mostrar que realmente o direito da criança foi violada e para restituir o seu direito foi aplicada tal medida.

A procuradoria é responsável pela promoção e proteção dos direitos das crianças.

O ECA no seu artigo 71.º explica a função do Ministério público e do Tribunal. O ICCA muitas vezes acaba por servi-los de apoio, porque não têm uma equipa que vai

para o terreno, então muitas vezes acabamos por ser parceiros. Portanto a nossa relação é muito estreita.

O ICCA apoia os serviços de procuradoria também em pensão de alimentos, situação de acolhimento. O ICCA digamos que é o ator principal dentro do setor de infância e adolescência...”

7ª Categoria- Crianças de hoje/ Crianças de outrora

Resposta: *“...se eu partir da minha infância e da minha adolescência e, fazer uma comparação com o tempo atual, ou seja, a maneira como as crianças vivem atualmente, eu diria que as crianças de agora, é uma geração que tem tudo para ser melhor que a nossa. Pois muitos deles nasceram num tempo em que CV encontrara em melhores condições, em termos de educação, mesmo em termos de alimentação, pois já não encontramos tantas crianças a passar necessidades como antigamente, a educação tornou-se acessível para todos, a saúde também, uma vez que qualquer grávida pode fazer controlo pré-natal hoje em dia, então a probabilidade da criança nascer em boas condições, é muito maior do que na década de oitenta por exemplo. As crianças de agora têm muito mais acesso à informação, o que noutros tempos era difícil. Tudo era essencialmente via televisão quando tinha e não era vinte e quatro horas por dia.*

Mas por outro lado, penso que éramos mais criativos, mais responsáveis, os pais nos atribuía mais responsabilidade ou seja tínhamos que ajuda-los em casa porque muitos deles não tinham condições. Eram crianças que cresciam com algum respeito também. É essa a grande diferença. As crianças de outrora respeitavam mais as pessoas. Isto porque as crianças de hoje em dia argumentam muito a favor dos seus direitos, mas por fim acabam esquecendo dos seus deveres. O artigo 52.º do ECA, onde fala do direito à formação, o seu conteúdo acaba por ser um dever.

Outra diferença entre as crianças de outrora e as de agora, é que antigamente os pais atribuía mais atenção aos filhos. Hoje em dia acho que os pais estão a desviar em muitas coisas e acabam por deixar as crianças durante muito tempo sem orientação. A convivência familiar era mais vista do que agora. A globalização é uma das causas dessa diminuição na convivência entre pais e filhos, exatamente porque com as novas tecnologias, a atenção que os pais antes atribuía aos filhos diminuiu. A globalização

tem as suas vantagens devido ao acesso à informação e às muitas outras coisas, como por exemplo também o acesso aos próprios bens de primeira necessidade. Embora há muita informação mas as crianças não contextualizam as informações. Com a globalização o direito das crianças que é o direito à convivência familiar acaba por ser posta em causa.

Tendo em conta o mundo globalizado na qual vivemos hoje em dia, acho que as crianças de hoje precisam muito mais de atenção. É preciso que os pais cuidam mais dos filhos, lhes dê mais atenção, mais carinho, mais educação...”

8ª Categoria- ICCA/ CIDC

Resposta: *“...nós temos um programa que é sensibilização e promoção dos direitos da criança, onde fazemos palestras, distribuímos folhetos, percorremos escolas, para promover direitos das crianças. O objetivo é mostra-los quais os seus direitos, mas também quais os seus deveres. Todo o ano no mês de Novembro saímos para dá-los a conhecer também a Convenção dos direitos das crianças para poderem saber o que é a Convenção, o que é que CV faz para proteger os seus direitos.*

CV de 1974 até hoje, evoluiu muito. Se pararmos para pensar e ver quais os ganhos que nós que conseguimos durante todos esses anos, não são poucos ganhos. As pessoas podem dizer que podíamos ter conseguido muito mais, mas para chegarmos até aqui, com as condições que tivemos, em todos os aspetos, em termos de proteção da infância, educação, saúde, não foi tarefa fácil. Não vamos conseguir atingir todos os nossos objetivos de forma plena, de um dia para outro porque Cabo verde é um país sem recurso. Então este é um dos maiores desafios que temos. Temos vontade de fazer muita coisa, mas na prática deparamos com muitos desafios principalmente financeiros. Infelizmente o orçamento do Estado não tem capacidade para muito.

Deparamos com muitos desafios sim, mas até onde já chegamos, tudo nos leva a crer que estamos em um bom caminho, e já fazemos muito para a proteção da infância e da adolescência e acreditamos que vamos muito mais longe ainda.

Para mim o maior desafio não são recursos humanos porque, produzimos sempre, mas os recursos financeiros, são os maiores desafios...”

9ª Categoria- Alienação parental

Resposta: *“...a alienação parental é um problema muito complicado que traz por vezes traumas para as crianças e a única forma de tentar combater isso, é consciencializar os pais das consequências que esse problema pode provocar às crianças e de que forma é que pode afetar a sociedade daqui a quinze, vinte anos. É um problema que Cabo Verde precisa debater a sério. O ICCA tem trabalho no aspeto de sensibilizar as pessoas sobre o problema, fazendo atividades para sensibilizar famílias, crianças e adolescentes sobre a alienação parental...”*

10ª Categoria- ICCA/ Parceria

Resposta: *“...o ICCA funciona essencialmente através do orçamento geral do Estado. Temos alguns projetos pontuais financiados pelo exterior. Por exemplo em São Vicente temos uma renovação e requalificação do espaço Nho Djunga que é financiada pelo Save the children de Suécia, que foi a instituição que financiou a construção do Centro em 1985.*

Tivemos outro projeto que terminou no mês de julho, que foi um projeto de desporto e cidadania financiada pela Comunidade Olímpica de Cabo Verde através da solidariedade olímpica. Foi um projeto desportivo onde tivemos crianças acolhidas nos centros do ICCA, como crianças da comunidade que praticavam futebol, basquetebol, etc. Era uma forma não só de ocupar, como também tem aquele aspeto positivo que o desporto traz para as crianças.

Temos parcerias não só de instituições como também de pessoas singulares, pessoas que ainda acreditam no projeto, que acreditam no que fazemos e apoiam, cada um da sua maneira. Alguns apoiam com dinheiro, outros com o tempo, outros com um sorriso, com equipamentos, roupas entre outras contribuições.

A nível local funcionamos em estreita colaboração com vários parceiros como por exemplo a Câmara Municipal, Aldeia SOS, Irmãos Unidos, Associação Novos Amigos, Tribunal, Centro de desenvolvimento social, Procuradoria, Há toda uma rede de parcerias que acabamos por trabalhar e colaborar com eles. Os hospitais, escolas,

policia, acabam por ser também verdadeiros parceiros. Cada um colabora da sua maneira.

Portanto concluindo, temos feito o possível e muitas vezes o impossível para a salvaguarda dos direitos das crianças, como os poucos recursos disponíveis. Ainda tem muito por fazer, porque sempre tem alguém violando os direitos das crianças, e o nosso papel é estar aqui sempre disposto para a proteção dos direitos das mesmas. Temos que estar sempre presentes para garantir o respeito dos direitos das crianças...”

3.4- Apresentação dos dados da Procuradoria de menores

Achou-se pertinente fazer um estudo relativamente à parte legal sobre os direitos da criança em Cabo verde e em São Vicente em particular.

De acordo com as entrevistas realizadas com o diretor do ICCA e com a diretora da SOS, entre esses centros e a procuradoria de menores existe uma relação de cooperação e, é nessa ótica também que essa entrevista tem grande importância na medida em que serve para saber como é classificada essa cooperação e que importância tem ela para a efetiva promoção dos direitos da criança em Cabo verde.

As questões da entrevista foram agrupadas em cinco (5) categorias:

1ª Categoria- Situação das crianças em Cabo Verde;

2ª Categoria- Delinquência infantil;

3ª Categoria- Alienação Parental;

4ª Categoria- Processo de intervenção para a promoção dos direitos da criança;

5ª Categoria- Intervenção do Ministério Público na promoção dos direitos da criança.

1ª Categoria- Situação das crianças em Cabo Verde

Resposta: “...na minha opinião em Cabo Verde e em especificamente em São Vicente que é uma área que conheço muito bem, tem havido uma série de desrespeito pelos

direitos da criança nomeadamente por parte dos progenitores. Por um lado os progenitores (tanto a mãe como o pai) abandonam os filhos, deixando-lhes sair para a rua e fazer tudo o que quiserem ou seja, não há limitações e não há regras, não há acompanhamentos escolares, não existe um pleno cuidado sobre os filhos. Por outro lado encontramos um dos progenitores que não querem reconhecer a paternidade das crianças. Existem casos que existem o reconhecimento da paternidade porque o tribunal lhes obriga e ao mesmo tempo desvinculam automaticamente dos seus deveres que é respeitar os direitos da criança e fazer com que estes sejam concretizados. Normalmente nesse tribunal de menores temos um número elevado de pessoas que peçam para obrigar o pai de uma determinada criança a dar pensão de alimentos à criança. Muitas vezes eles venham aqui, prometem a dar a criança pensão de alimentos e é estipulado um determinado valor para dar a criança mas eles desobedecem. Normalmente os que não dão são os que não têm bens e nesse caso fica difícil executar medidas para satisfazer as necessidades básicas dos menores. Concluindo há uma diversidade de incumprimentos por parte dos progenitores, há uma grande violação dos direitos da criança que é algo preocupante e sem falar nos tais meninos de rua que são crianças abandonadas pelos pais com a desculpa de que é a pobreza a causa do abandono. São processos e mais processos sobre a violação dos direitos dos menores que entram todos os dias neste tribunal...”

2ª Categoria- Delinquência infantil

Resposta: *“...a delinquência infantil não é tão elevada assim em Cabo verde. Mas posso dizer quede alguns tempos para cá as estatísticas têm aumentado. Desde a aprovação do Decreto Legislativo nº2 de 2006 de 27 de Novembro, que é a lei que fala sobre medidas tutelares socioeducativas. A partir da criação dessa lei passou-se a ter mais denúncias, as autoridades judiciais passaram a ter o conhecimento de mais práticas ilícitas por parte de menores e tem havido um número considerável de processos tutelares socioeducativas. Antes o tribunal era levado até a policia, e a polícia dizia que não poderia fazer nada, porque e não havia registo para atribuir pena à uma criança que pratica algum ato ilício. Hoje em dia partir dos dezasseis anos, de acordo com o artigo primeiro do decreto legislativo que já citei, crianças e adolescentes entre os dois a dezasseis anos que praticam atos ilícitos estão sujeitos à essa lei. É uma lei que indica uma diversidade de medidas que podem ser tomadas em relação à crianças em situação de delinquência e são práticas que não podem ser consideradas crimes por causa do*

fator idade e só será suscetível de ser submetida a um processo criminal é a partir dos dezasseis anos de idade.

O Decreto legislativo nº 2 de 2006 na qual eu já citei, enumera no seu artigo quarto várias medidas tutelares socioeducativas que é um princípio de legalidade. Apenas essas medidas é que podem ser aplicadas a um menor que tenha práticas ilícitas que são: reparação do ofendido, realização de tarefas a favor da comunidade, imposição de regras de conduta, imposição de obrigações e o mais grave que é o internamento em Centros Socioeducativas. São essas as medidas tutelares que a lei prevê...”

3ª Categoria- Alienação Parental

Resposta- *“...o poder paternal cabe a ambos os progenitores. Na ausência de algum dos dois, cabe ao outro exercer efetivamente o poder paternal. O código civil diz que uma criança até os seis anos de idade deve estar com a sua mãe. Mas esse poder paternal pode ser assumido a qualquer um deles que mostrar interesse e que tem condições para tal, condições essas que podem ser morais, psicológicas, económicas ou financeiras, etc.*

Em caso de divórcio a criança fica com um dos progenitores. Só no caso onde nenhum deles quiserem ficar com a criança ou abandona-la, a opção pode ser uma família de acolhimento.

Quando a criança fica com um dos progenitores em caso de divórcio, a sentença descreve o regime de visitas e o regime de prestação de alimentos. No caso de haver alienação parental. Caso não respeitarem a polícia entra no cenário para obrigar a no cumprimento da lei. No nosso país temos observado alguns casos de alienação parental, mas casos que têm sido resolvidos pelo tribunal de menores. O maior desafio que tem encontrado quando nenhum dos progenitores assumem plenamente os seus poderes paternais é o acolhimento. O ICCA é que trabalha especificamente dessas questões, mas não temos centros de acolhimentos suficientes para realizar um trabalho global. Temos o Centro Juvenil Nhô Djunga, mas neste momento está supre lotado, temos Orlando Pantera na Cidade da Praia, mas está supre lotada também. Isso é um dos maiores problemas que temos...”

4ª Categoria- processo de intervenção para a promoção dos direitos da criança

Resposta- *“...a intervenção do estado só verifica nas situações em que a mãe ou o pai não tomem uma decisão acertada, ou não tomam nenhum tipo de decisão. Primeiramente um processo normal que não é um processo definido claramente na lei, o ICCA tem conhecimento de que existe um problema de violação e restituição de direitos da criança, encaminha o processo para o tribunal de menores e se existir provas de que é mesmo necessário a intervenção o tribunal indica uma família de acolhimento ou um centro de acolhimento onde a criança a princípio pode ficar. Há toda uma cooperação entre o tribunal, o ICCA, o Centro Social SOS e, também a polícia. O ECA indica uma série de direitos, liberdades e garantias da criança e em casos de desrespeito desses direitos, o estatuto elenca também uma série de procedimentos judiciais para restituir os direitos da criança.*

Portanto essa intervenção para restituir os direitos da criança postas em causa, é feita primeiramente pelo ICCA que faz o seu relatório, recolha de informações, propõe ao tribunal algumas medidas que podem ser tomadas e depois encaminha o processo ao procurador de menores que propõe uma ação para o tribunal decidir se houve ou não violação de direitos da criança, se é necessário ou não ela estar num acolhimento...”

5ª Categoria- Intervenção do Ministério Público na promoção dos direitos da criança.

Resposta- *“...lá onde tiver violação dos direitos da criança, o Ministério Público é obrigado a intervir no sentido de restituir os direitos da criança que estão sendo violados.*

O Ministério Público na qualidade de curador de menores pode e deve intervir em todas as situações de violação dos direitos da criança...”

3.5- Apresentação dos dados das crianças da SOS

Apresenta a seguir os dados do grupo focal realizado com as crianças das aldeias SOS.

Tabela 4-Apresentação dos dados das crianças da SOS

Dados de identificação				
Nome	idade	Residência	Gênero	Ano de escolaridade
Banana	10	Centro Social SOS e são Vicente (Ribeira do Julião)	Masculino	5º Ano de escolaridade
Manga	12		Masculino	5ºAno de escolaridade
Pera	15		Masculino	6º Ano de escolaridade
Uva	12		Masculino	5º Ano de escolaridade
Papaia	10		Masculino	4º Ano de escolaridade
Morango	11		Masculino	5º Ano de escolaridade
Categoria	Unidades de análise		Unidades de contexto	
Convenção internacional dos direitos da criança				
Direitos da criança	Direito: Estudar; Brincar; Ter uma família (um pai, uma mãe); Ter uma boa alimentação; Ter um nome; De ir a escola”;		Banana- “Direitos da criança é quando a criança pode fazer algo importante para ela própria, como por exemplo o direito à estudar, de brincar, de ter uma família. “ Manga- “ É quando a criança tem o direito de ter um pai, uma mãe, à ter uma boa alimentação...” Uva- “A criança tem direito a um nome, de ir a escola...”	
Deveres da criança	Deveres: Estudar; De respeitar os pais, de respeitar as pessoas adultas; Ajudar nas tarefas domésticas; Respeitar os pais;		Pera- “ A criança tem o dever de estudar, de respeitar os pais, de respeitar as pessoas adultas...” Morango- “A criança tem o dever de trabalhar em casa, ou seja, de ajudar os pais em casa...” Papaia- “ A criança tem o dever de comportar, de ouvir com os pais, ou seja de respeitar os pais...”	
Violação de direitos				

Tipologias	<p>Obrigam-nas a ir a escola;</p> <p>Perseguição policial;</p> <p>Alimentação deficiente;</p> <p>Violência física.</p>	<p>Morango- “Eu não sei o que é isso de violar direitos”</p> <p>Papaia- “Os adultos violam os nossos direitos quando nos forçam a ir para a escola...”</p> <p>Banana- “Antes quando eu morava na rua os meus direitos eram violados. A polícia corria atrás de mim, me atiravam pedra, eu não tinha uma boa alimentação...”</p> <p>Pera- “Quando eu morava na rua, as pessoas me batiam. Teve uma vez que me colocaram até plástico quente nos pés...”</p>
Vivência na rua		
Motivos	<p>Vício de dinheiro;</p> <p>Influência de amigos;</p> <p>Ausência de uma família;</p> <p>Não é feliz;</p> <p>Não é livre;</p> <p>Trabalhos domésticos;</p> <p>Ser dono de si próprio;</p> <p>Maltratos dos pais;</p> <p>Família é pobre;</p> <p>Não consegue fazer o que quiser;</p>	<p>Uva- “Eu acho que o que leva uma criança a ir para a rua é por exemplo vício de dinheiro, influência de amigos...”</p> <p>Manga- “Para mim uma criança vai para a rua porque não tem uma família, não é feliz, não é livre...”</p> <p>Papaia- “Uma criança quando está na rua, ninguém manda nele, ele não faz trabalhos domésticos. Ele é dono de si próprio...”</p> <p>Pera- “Uma criança vai para a rua por maltratos dos pais, porque trabalham muito em casa, porque a família é pobre e ele não consegue fazer o que quiser</p>
Modo de vida na rua	<p>Eu comia sempre;</p> <p>Tinha dinheiro sempre;</p> <p>Eu usava bebidas alcoólicas;</p> <p>Liberdade;</p> <p>Usava droga;</p> <p>Álcool;</p> <p>Assaltava as pessoas;</p> <p>Maltrato.</p>	<p>Morango- “Quando eu morava na rua, eu comia sempre, tinha dinheiro sempre, eu usava bebidas alcoólicas, sentia-me mais livre”</p> <p>Uva- “...eu usava droga, álcool, assaltava as pessoas...”</p> <p>Pera- “Dormia na rua, sem cobertor, passava muito frio...”</p> <p>Papaia- “...eu roubava as pessoas, roubava celulares, a polícia nos apanhavam e nos batiam.”</p>
Institucionalização		
Situação atual	<p>Mudança de estilo de vida;</p> <p>Respeito pelos direitos;</p> <p>Ter uma família;</p> <p>Alimentação equilibrada;</p> <p>Integração escola;</p> <p>Brincar;</p> <p>Felicidade;</p> <p>Segurança;</p>	<p>Banana- “A minha vida mudou muito desde que eu cheguei aqui, os meus direitos passaram a ser respeitados, senti-me verdadeiramente numa família...”</p> <p>Manga- “... agora posso ter uma alimentação equilibrada, posso ir à escola, posso brincar a vontade, sinto-me feliz...”</p> <p>Pera- “...brincamos muito, passeamos, participamos em alguns eventos, falamos dos nossos direitos, já não dormimos com frio...”</p> <p>Morango- “...não sou livre porque me obrigam a ir para a escola, faço tarefas em</p>

	<p>Maior aprendizagem;</p> <p>Participação em atividades;</p> <p>Sensibilização no âmbito dos direitos e deveres;</p> <p>Obrigação de participar no processo do seu desenvolvimento.</p>	<p>casa, não posso comer a hora que eu quiser...”</p> <p>Uva- “... aqui há parque para brincar, para divertirmos, comemos na hora, descansamos, aprendemos muitas coisas, sentimos numa família...”</p> <p>Papaia- “...participamos em jogos, em atividades que a instituição realiza para conhecermos melhor os nossos direitos. No dia 1 de Junho participamos em algumas palestras, fazemos acampamento...”</p>
Perspetiva futura		
Sonhos	<p>Estudar;</p> <p>Jogador;</p> <p>Professor de liceu;</p> <p>Comerciante;</p> <p>Estudar no estrangeiro;</p> <p>Sem perspetiva</p>	<p>Banana- “ Eu quero estudar, quero viajar no mundo...”</p> <p>Pera- “ ...quero ir jogar na França, e quero ser um bom jogador.”</p> <p>Morango- “... quero ser professor no liceu.”</p> <p>Uva- “... eu quero ser comerciante.”</p> <p>Papaia- “...quero estudar no estrangeiro...”</p> <p>Manga- “... eu ainda não sei o que quero ser no futuro”.</p>

Como podemos observar, todos os entrevistados têm uma percepção acerca dos direitos da criança, embora de uma maneira muito simplificada, mas dá para entender que realmente, eles entendem um pouco dos seus direitos.

Nota-se que, havia uma certa confusão com esses dois conceitos: direito e dever.

Na parte dos deveres da criança, o conhecimento é restringido. Há pouco conhecimento dos entrevistados acerca dos deveres da criança. O que implica, uma maior aceitação dos seus direitos em contrapartida com os seus deveres. O modo como responderam a questão dos seus direitos, foi de maior entusiasmo em relação ao modo como responderam a dos seus deveres. A famosa frase “todo o direito pressupõe um dever”, entra nesta categoria e quase que acabou com todo aquele entusiasmo inicial.

Segundo as crianças entrevistadas, a vida lá fora é totalmente diferente da vida dentro da instituição. Nota-se que eles têm uma certa paz de espírito dentro da instituição, porque encontram -se num ambiente onde não tem lugar para a tristeza, onde os seus direitos são respeitados (...)

3.6- Apresentação dos dados das crianças do ICCA

Seguidamente apresenta dos dados recolhidos do grupo focal realizado com as crianças internas do ICCA

Tabela 5- Apresentação dos dados das crianças do ICCA

Nome	Idade	Residência	Gênero	Ano de escolaridade
Régua	12	Instituto da Criança e do Adolescente (ICCA)	Masculino	6º Ano de escolaridade
Lápis	12		Masculino	5ºAno de escolaridade
Caneta	15		Masculino	4º Ano de escolaridade
Caderno	17		Masculino	3º e 4º de escolaridade
Estojo	16		Masculino	5º e 6º Ano de escolaridade
Borracha	14		Masculino	9º Ano de escolaridade
Categoria	Unidades de análise		Unidades de contexto	
Convenção internacional dos direitos da criança				
Direitos da criança	Direito: Brincar; Ter um nome; Ter uma família; À habitação; À dignidade Ter uma boa alimentação; Ter uma saúde; Ir para à escola; À cuidados médicos		Régua- “ ...a criança tem o direito de brincar, ter um nome, ter uma família...” Lápis- “...a criança tem o direito a ter uma boa alimentação e de ter uma família, ter uma casa...” Caderno- “... a criança tem direito a vestir, ter uma família, a andar limpo...” Borracha- “...a criança tem direito à saúde, a ir para o hospital se estiver doente...” Caneta- “ ...a criança tem direito à saúde...”	
Deveres da criança	Deveres: Estudar; Ajudar a família; Respeitar e aceitar as pessoas;		Estojo- “...a criança tem o dever de estudar, respeitar as pessoas...” Caneta- “...a criança não deve desobedecer as pessoas, devem comportar, ajudar os pais...” Borracha- “...a criança tem o dever de estudar e ter boas notas...”	
Violação de direitos				

Tipologias	<p>Violência entre colegas;</p> <p>Violência física;</p> <p>Violência familiar;</p>	<p>Régua-“...eu nunca sofri nenhum tipo de violência;</p> <p>Lápis-“... eu já sofri violência por parte dos meus colegas;</p> <p>Borracha-“... quando eu morava com o meu pai ele me batia muito, pois eu era abusado...”</p> <p>Caderno-“... a minha mãe me chicoteava muito...”</p>
Vivência na rua		
Motivos	<p>Autonomia própria;</p> <p>Conflitos familiares;</p> <p>Ausência de uma família;</p> <p>Pobreza dentro da família;</p> <p>Liberdade;</p> <p>Vício de dinheiro;</p>	<p>Lápis-“...as crianças vão para a rua simplesmente porque querem e sentam mais em liberdade...”</p> <p>Régua-“...as crianças vão para a rua porque brigam com os seus pais em casa...”</p> <p>Borracha-“...falta de apoio em casa, afastamento familiar...”</p> <p>Estojo-“...os pais colocam as crianças na rua, a família é pobre...”</p> <p>Caneta-“...a criança vai para a rua para poder ser livre...”</p> <p>Caderno-“... muitas vezes a criança passa fome na família por isso que vão para a rua roubar e ter dinheiro...”</p>
Institucionalização		
Situação atual	<p>Sentimento de pertença;</p> <p>Felicidade;</p> <p>Participação em atividades;</p> <p>Acesso a cuidados médicos;</p> <p>Segurança;</p> <p>Alimentação equilibrada;</p> <p>Apoios técnicos;</p> <p>Mudança de comportamento;</p> <p>Respeito pelos direitos;</p> <p>Acesso à escola;</p>	<p>Régua-“...aqui eu sou feliz porque respeitam os meus direitos;</p> <p>Estojo-“...nos deixam brincar, jogar a bola, temos cuidados médicos...”</p> <p>Caneta-“...eu sou muito feliz dentro dessa instituição...”</p> <p>Caderno-“...tomo uma boa alimentação todos os dias, já não ando sujo e com fome...”</p> <p>Borracha-“...eu sinto integrado numa família, o meu comportamento mudou quando eu cá cheguei...”</p> <p>Lápis-“...os monitores nos ajudam em trabalhos de escola, nos explicam as matérias, nos protejam...”</p>
Perspetiva futura		
Sonhos	<p>Jogador;</p> <p>Médico;</p> <p>Guarda-redes;</p> <p>Qualquer profissão;</p>	<p>Lápis-“...eu quero ser jogador de futebol...”</p> <p>Caneta-“... quero ser guarda-redes...”</p> <p>Borracha-“...quero ser jogador...”</p> <p>Caderno-“...qualquer profissão...”</p> <p>Régua-“...quero jogar a bola pelo mundo. Quero ser um jogador famoso...”</p> <p>Estojo-“quero ser médico porque quero ajudar as pessoas...”</p>

Nota-se que o direito que mais eles focalizaram foi o direito à ter uma família ou a convivência familiar, pois durante as respostas, observava-se que davam mais atenção a esse tipo de direito, o que quer dizer que para elas a família é muito importante no processo de desenvolvimento das crianças.

Na parte dos deveres, nota-se que há pouco conhecimento dos deveres das crianças. Houve muitas limitações para responder essa questão, pois centralizavam na maioria das respostas no dever de respeitar as pessoas. Mas isto nos leva a crer que as crianças estão tendo uma boa educação dentro da instituição de acolhimento.

Durante as respostas viu-se que as crianças mesmo que eram espancadas pelos pais, têm ainda aquele forte sentimento familiar e, se fosse para eles estariam no seio da família, mas infelizmente a convivência não lhes permitia. Mesmo que se possam sentir em segurança na instituição de acolhimento, estar com a família é muito importante.

Como se pode observar, são várias as mudanças ocorridas na vida das crianças desde que mudaram para a Instituição. Todas têm uma opinião de forma positiva em relação às suas vidas dentro da Instituição.

A felicidade acaba por ser um fator praticamente presente em todas as respostas, o que demonstra uma mudança de vida das crianças. Antes as suas vidas eram marcadas pela violência, pelo mau comportamento, pela miséria. Na instituição eles sentem que têm tudo o que uma criança tem direito, inclusive ter uma boa alimentação, cuidados médicos, frequentar a escola e à educação (...)

Tabela 6- Triangulação dos resultados das entrevistas com as crianças

Categorias	Aspetos gerais
Processo de Institucionalização das crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de centros onde as crianças podem ficar • Avisar o tribunal sempre sobre uma criança que precisa ser institucionalizada
Integração sociofamiliar	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas com a família substituta • Problemas por parte da criança • Fator pobreza e as fracas condições económicas
Relações com a procuradoria	<ul style="list-style-type: none"> • A procuradoria é responsável pela promoção e proteção dos direitos da criança • Relação de aproximação e de cooperação

Crianças de hoje/ Crianças de outrora	<ul style="list-style-type: none">• Muitas dificuldades desapareceram, mas em contrapartida novos problemas surgiram• Impacto da globalização• A educação e a convivência familiar eram mais observadas			
Relação com a CIDC	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação dos direitos da criança presentes na CIDC• Mobilizar a sociedade para o respeito dos direitos da criança presentes na CIDC			
Alienação parental	<ul style="list-style-type: none">• Sensibilizar a sociedade dos riscos que a alienação parental pode causar na criança			
Políticas de proteção à Infância	<ul style="list-style-type: none">• Políticas de educação, políticas de proteção, políticas de reinserção social, família substituta, família de acolhimento, educação, escolar entre outros.			
Percepção das Crianças em relação aos seus direitos e deveres				
Direitos da criança	Deveres da Criança	Tipos de violência	Motivos na rua	Situação atual
Ter uma família	Estudar	Violência familiar	Vício de dinheiro	Felicidade
Frequentar a escola	Respeitar as pessoas	Violência física	Liberdade	Sentimento de pertença
Direito de brincar				Proteção

O quadro seis (6), nos mostra de uma maneira geral como é que as Instituições que trabalham com as Crianças têm vindo a resolver os problemas que colocam em causa os direitos da criança, como é que têm vindo a transmitir os princípios patentes na CIDC, não obstante também qual a percepção que as crianças têm dos seus direitos e dos seus deveres de uma maneira geral.

3.7- Discussão dos dados

Depois da apresentação dos dados segue-se a discursão das mesmas com base nos resultados obtidos. O objetivo é verificar se realmente o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados através da boa compreensão dos resultados.

Relativamente aos princípios presentes na CIDC, de acordo com os diretores das Instituições entrevistados CV tem-se trabalhado no sentido de fazer com que estes princípios que aliás a própria legislação cabo-verdiana já vem enunciando, sejam respeitados pela sociedade. Não obstante, a promulgação do ECA em CV veio também ajudar nesse processo de promulgação dos direitos da criança e as próprias Instituições vêm fazendo um esforço para a salvaguarda dos direitos das crianças apesar de muitos desafios que vêm enfrentando principalmente em termos de acolhimento das mesmas. De

acordo com os entrevistados, tanto dos diretores das Instituições como a procuradoria, são vários os desafios encontrados em CV na tentativa de salvaguarda dos direitos das crianças mas, o fator de acolhimento é o maior desafio encontrado na medida em que as crianças em situação de risco são crianças marcadas maioritariamente pelo abandono familiar e, encontrar uma família substituta para essas crianças muitas vezes é um longo caminho a percorrer.

Neste caso constatou-se que o direito da criança mais posta em causa é o direito a convivência familiar, devido às razões acima transcritas.

Por outro lado temos também os desafios encontrados pelas instituições no que toca ao processo de institucionalização das crianças. Uma vez que são crianças de rua, muitas delas já se acostumaram com aquela vivência na rua e integra-las dentro de uma instituição é um longo caminho a percorrer.

Essas instituições acabam por assumir um papel de extrema importância para as crianças na medida em que estes vêm respeitando o interesse maior da criança. Embora CV seja um país pobre de desenvolvimento médio e as condições financeiras acabam por ser um grande desafio, tem-se observado um grande esforço no que se refere a minimização de casos de violação de direitos das crianças em todas as esferas de violação.

Essas instituições vêm trabalhando não só na tentativa de minimizar os casos das crianças de rua e em situação de riscos como também, na tentativa de prevenção de outras possíveis crianças seguirem o mesmo caminho. Ou seja, o que se está a falar aqui é das crianças na rua que futuramente podem vir ser crianças de rua, e essas instituições trabalham com essas crianças, para chama-los a atenção e mesmo a sociedade dos riscos que uma criança poderá ter longe do seio da família, na rua exposta a todos os tipos de violência.

Nota-se que há todo um conjunto de aspetos legais associados às políticas de proteção dos direitos das crianças de acordo com a entrevista realizada com a procuradoria. O tribunal assume um papel também de extrema importância na medida em que obriga aos progenitores a terem um cuidado especial com as crianças e não só também a sociedade em geral.

Através da pesquisa podemos constatar que as crianças de hoje em dia carecem de muito mais proteção, atenção e carinho, pois o mundo globalizado veio fazer com que assim seja. Verificou-se que a atenção que antigamente havia no seio da família, transferiu-se para as novas tecnologias e isso conduz a uma fraca convivência familiar fazendo com que muitas vezes as crianças se sintam desprotegidas e excluídas da família.

Partindo da análise dos resultados das entrevistas das instituições em cooperação com a procuradoria, resumiu-se as políticas públicas e privadas para a promoção dos direitos da criança a serem destacadas: políticas de proteção; Políticas de educação; família de acolhimento; apoio à comunidade para encarar as crianças em situação de vulnerabilidade; suporte de desenvolvimento de redes e organizações de apoio e assistência sustentável à criança baseado na comunidade; política de promoção integral; Projeto disque denuncia; projeto *Nô's casa*; programa emergência infantil; programa de proteção e reinserção social; Programa FS (família substituta); educação escolar. Acrescenta-se que essas políticas tanto públicas como privadas acabam por se complementar umas as outras, uma vez que são todas políticas viradas ao bem-estar das crianças. Instituições diferentes, mas todas com o mesmo enfoque.

No que toca a percepção das crianças sobre os seus direitos, nota-se que tanto as crianças da Aldeia SOS como as crianças do ICA têm uma percepção sobre os seus direitos, embora o conhecimento dos deveres seja mais limitado. Com a análise dos dados foi possível chegar a uma visão da criança de forma geral.

Em relação aos direitos das crianças, os entrevistados focalizaram mais no direito a ter uma família, a frequentar a escola e no direito de brincar, o que quer dizer que para elas estes são os direitos mais importantes.

Relativamente aos deveres, estudar e respeitar as pessoas são uma prioridade para elas, embora conforme já foi referido anteriormente, os deveres foram muito restringidos pelas crianças.

Quanto aos motivos que levam a migração das crianças para a rua, destacaram mais a liberdade e o vício de dinheiro, o que quer dizer que para elas uma criança prefere estar na rua porque na rua existe uma certa independência, é ele quem manda em si mesmo. Por outro lado, na rua têm dinheiro toda a hora basta um esforço para obtê-lo (roubando ou mesmo pedindo às pessoas).

Para as crianças a instituição de acolhimento acaba por ter uma grande importância nas suas vidas, na medida em que, eles sintam que realmente os seus direitos estão sendo protegidos, sintam numa família e a felicidade acaba por marcar as suas vidas nessa nova etapa.

Quanto às perspectivas futuras, constatou-se que a maioria centralizou-se num único sonho que é ser jogador de futebol. Mas isto explica pelo fato de na maioria dos seus tempos de lazer o que eles fazem mais é jogar a bola e com esses jogadores famosos pelo mundo, eles acabam por ser influenciados por eles, querendo ser idênticos futuramente.

CONCLUSÃO

A escolha e a pertinência do tema foram muito privilegiadas. Alarguei o meu conhecimento relativamente ao tema e possibilitou-me conhecer melhor as políticas públicas e privadas existentes em CV para a concretização dos direitos da criança, tendo por base a CIDC e ter uma visão de forma geral da perceção que as crianças têm dos seus direitos.

A criança como um ser peculiar em desenvolvimento necessita de proteção tanto da família como da sociedade.

Podemos observar que apesar das crianças sentirem protegidas nas instituições de acolhimento, existe uma certa saudade da família, uma certa tristeza por não estarem com a família biológica. Durante as entrevistas tive a oportunidade de constatar que elas davam muita importância à família e que têm fé de um dia voltar e tudo ser diferente do que era antes.

A oportunidade de realizar esse estudo com as crianças permitiu-me interpretar como é a relação das crianças com os funcionários das instituições, e permitiu-me observar ainda que as instituições vêm esforçando muito para o cumprimento dos princípios basilares presentes na CIDC.

Tive a oportunidade de verificar ainda que entre as instituições que trabalham com as crianças e o tribunal existe uma relação de cooperação para a promoção efetiva dos direitos da criança tendo em conta a CIDC e também a legislação cabo-verdiana, o que nos leva a concluir que apesar dos desafios encontrados no processo de proteção dos direitos da criança, CV vem respeitando os princípios presentes na Convenção, através de políticas públicas e privadas que vem implementado para a salvaguarda desses direitos.

Finalmente convém destacar que tanto o objetivo geral, como os objetivos específicos foram alcançados no trabalho, e acredito que foram bem delineados. Os objetivos específicos deram resposta ao objetivo geral que foi o de analisar as políticas públicas e privadas que garantem o respeito pelos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em Cabo Verde e em São Vicente em particular.

De acordo com alguns autores referidos no trabalho como por exemplo Andrade (2011), Cabo Verde vem respeitando os direitos da criança através das políticas

implementadas e a partir da análise das entrevistas realizadas tanto com os diretores das Instituições em São Vicente como com as crianças, conseguiu-se alcançar os objetivos específicos que também como já foi dito anteriormente deram resposta ao objetivo geral, ou seja, tanto a parte tórica como a parte prática deram resposta aos objetivos definidos.

Acredito que os resultados da minha investigação poderão ser alvos de estudos futuramente, atribuindo mais contribuições para o melhor conhecimento e propostas estratégica sobre o tema. Acredito ainda que, como uma futura politóloga estarei melhor preparada, pois, quanto mais forem os meus conhecimentos relativo às políticas públicas e privadas existentes em CV para a efetiva concretização dos direitos da criança, maiores são as contribuições oferecidas para o desenvolvimento do meu país.

RECOMENDAÇÕES

De acordo com os resultados da pesquisa, cabe-nos a responsabilidade de deixar aqui algumas recomendações que consideramos ser pertinentes:

- Baseado no fato de que as crianças têm mais conhecimento dos seus direitos do que os seus deveres, recomendamos aos diretores das instituições que trabalham com as crianças a realizar maiores debates onde se pode debater sobre os deveres da criança, visto que, para além de serem sujeitos de direitos, são também objetos de deveres.
- No sentido de diminuir os casos de violação dos direitos da criança principalmente o abandono infantil e a não perfilha das mesmas que foram as violações de direitos das crianças mais detetadas pelo tribunal de menores, recomenda-se a elaboração de projetos e de programas no sentido de mobilizar os progenitores a cuidarem melhor das suas crianças e ao reconhecimento da paternidade.
- Criação de mais centros de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade devido ao esgotamento de alguns centros existentes e atendendo as necessidades das crianças.
- Promover ações estratégicas direcionadas a uma melhoria da convivência familiar, com o intuito de mobilizar as famílias no desenvolvimento integral e equilibrado das crianças.
- A fim de garantir o respeito pelos direitos da criança, recomendamos uma apreciação do presente estudo, tanto por parte das Instituições, pelo governo como também pelas famílias e pelas próprias crianças, no sentido de terem uma reflexão crítica relativamente a forma de atuação das mesma relativamente a esta temática, e tendo em vista uma visão integradora da criança que garante o Superior Interesse da Criança.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- Código laboral cabo-verdiano. Decreto- Legislativo 8/2007 de 26 de Dezembro.
- Código Penal de Cabo Verde. Decreto- Legislativo nº 5/2010.
- Código Civil Cabo-verdiano. Decreto legislativo nº 12-C/97 de 30 de Junho.
- Constituição da Republica de Cabo Verde. 2ª Revisão Ordinária- 2010. Assembleia Nacional- 4ª edição.
- Convenção Internacional dos Direitos da Criança. (1989). Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Estatuto da Criança e do adolescente. Lei nº 50/VIII2013, do B.O.I Série, nº70, de 26 de Dezembro.
- Flick, W. (2005). Métodos qualitativos na investigação científica. 1ª Edição.
- Ramião, T. (2010). Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Anotada e comentada- 6ª edição.

Web grafia

- Albuquerque, C. (2000). As Nações unidas- a Convenção e o comité. Documentação de direito comparado <http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/8384crianca.pdf> Consultado em 16 /o5/2016 as 12:30.
- Alves, C. (2015). Viver a rua ou viver na rua? Os meninos de rua na cidade do Mindelo Cabo Verde online em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/12583/1/Celina%20Hirondina%20Alves.pdf> Consultado em 15/10/2016 as 15:00.
- Alves, D. B. (2009). Uma análise do modelo de responsabilização do Adolescente em conflito com a lei <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2010/09/Ato-infracional-fluxo-do-Sistema-de-Justi%C3%A7a-Juvenil-em-Belo-Horizonte.pdf> Consultado em 2/05/2016 as 18:00.

Alves, C, F. Sequeira, A, C. (2014). Perspetiva de adolescentes sobre seus direitos e deveres. Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre. Brasil <http://www.ufal.edu.br/aedhesp/biblioteca-virtual/downloads/livro-educacao-humanos-e-diversidade-dialogos-interdisciplinares> Consultado em 18 /10/ 2016 as 08:00.

Andrade, A, M. (2011). A Criança- seus direitos e políticas Governamentais estabelecidas para a sua concretização em Cabo verde. Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3292/Tese%20Arlindo%20Andrade.pdf> Consultado em 05 /09/ 2016 as 10:00.

Andrade, P, A. (2000). A Convenção sobre os direitos da criança em seu décimo aniversário. Avanços, efetividade e Desafios <file:///C:/Users/Vera/Downloads/89-206-1-PB.pdf> Consultado em 12/07/ 2016 as 17:00.

Anjos, J, C, G. Varela, J, M. (2005). Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua face às IST/VIH/SIDA <http://www.minsaude.gov.cv/index.php/documentosite/sida/28-estudocrianca/file> Consultado em 17/08/2016 as 13:00.

Arantes, E, M. (2012). Direitos da Criança e do Adolescente. Um debate necessário <http://www.scielo.br/pdf/pc/v24n1/04.pdf> Consultado em 13/05/2016 as 10 horas.

Biroli, F. (2014) Família. Novos conceitos <http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/08/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf> Consultado em 14/03/2016 as 16:00.

Cardozo, A, B. (2012). Conselho Tutelar como instrumento de participação da efetivação da política social de atendimento da criança e do adolescente <http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/OS%20DESAFIOS%20NO%20FUNCIONAMENTO%20DOS%20CONSELHOS%20TUTELARES%20DE%20FORTALEZA.pdf> Consultado em 02/07/2016 as 9:00.

Carvalho, A, T. (2009). Teoria Geral do Direito. O Construtivismo lógico-semântico <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp098895.pdf> Consultado em 19/ Julho de 2016 as 20:00.

Carvalho, L, P. (2010). O trabalho da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro. Normas e ações de proteção <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp143343.pdf> Consultado em 13/05/2016 as 13:00.

Chaves, F. (2015). O papel da escola e da família no desenvolvimento infantil. Uma reflexão das confusões presentes na atualidade http://www.institutofamiliare.com.br/download_anexo/fernanda-fragelli-penna--2015--o-papel-da-escola-e-da-familia-no-desenvolvimento-infantil-uma-reflexao-das-confusoes-presentes-na-atualidade.pdf Consultado em 27/05/2016 as 15:00.

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (2003). http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sdh_atuacao_2003_2011.pdf Consultado em 12/08/2016 as 21:00.

Delfino, M. (2009). O princípio do melhor interesse da criança e o direito à convivência familiar. Os efeitos negativos da rutura dos vínculos conjugais <http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Livia-PDF-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf> Consultado em 15/10/2016 as 13:00.

Duarte, J, A. (2009). O jogo e a criança. Estudo de caso <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2296/1/Jos%C3%A9Duarte.pdf> Consultado em 18/09/ 2016 as 9:00.

Duarte, J, N. (2012). Conceções de Criança. Estudo de caso Escola superior de Educação João de Deus <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoinfantil/concepcoesdeprofessoresdaeducacaoinfantil.pdf> Consultado em 14 /08 de 2012 as 16:00.

Fonseca, N, J. (1999). A influência da família na aprendizagem da família
<http://www.cefac.br/library/teses/ab197be20bb61cc49ca2e591c0171417.pdf> Consultado em 12/07/2016 as 10:00.

Fonseca, P, R. (2006). Síndrome de alienação parental
[https://www.google.cv/search?q=18.+Fonseca%2C+P.R.+\(2006\).+S%C3%ADndrome+d e+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental.&oq=18.+Fonseca%2C+P.R.+\(2006\).+S%C3%A Dndrome+de+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental.&ags=chrome..69i57.3517j0j4&sour ceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.cv/search?q=18.+Fonseca%2C+P.R.+(2006).+S%C3%ADndrome+d e+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental.&oq=18.+Fonseca%2C+P.R.+(2006).+S%C3%A Dndrome+de+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental.&ags=chrome..69i57.3517j0j4&sour ceid=chrome&ie=UTF-8) Consultado em 19 /07/ 2016 as 11:00 horas

Freire, P. (2015). Salvar o Estatuto da Criança e do adolescente
https://www.paulofreire.org/eca/e_book_ECA.pdf Consultado em 14/06/2016 as 15:00.

Frota, Ana, M, C. (2007). Diferentes concepções da Infância e da Adolescência. A importância da Historicidade para a sua construção
<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf> Consultado em 13/08/2016 as 12:14.

Ianiski. M. (2009). A criança e o seu espaço na sociedade contemporânea
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2515_1372.pdf Consultado em 13/06/2016 as 8:45.

Júnior, J, P. (2012). A Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2014/pdfs/direitos-da-crianca-e-do-adolescente-1> Consultado em 12/09/2016 as 16:56.

Hutts, C, S. Koller, S, H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento da criança em situação de rua
<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a11v2n1.pdf> Consultado em 16/09/2016 as 13:50.

Lima, R, W. (2014). Crianças em situação de rua e a sobrevivência nos principais mercados da Cidade da Praia
http://cics.nova.fcsh.unl.pt/cms/files/img_investigadores/INV559024b862e70.pdf Consultado em 17/07/2016 as 15:55

Maia, J, N. (2012). Conceções de Criança, infância e educação de professores de educação infantil <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf> Consultado em 19/08/2016 as 14:17.

Mendes, M, P. (2006). A doutrina de proteção integral de proteção da criança e do adolescente <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/viewFile/910/871> Consultado em 30 /05/2016 as 13:23.

Monteiro, L, C. (1994). Educação e direitos da Criança. Perspetiva histórica e desafios pedagógicos <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6207/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20L%C3%ADgia%20Monteiro.pdf> Consultado em 15/07/2016 as 18:45.

Mora, L. (2000). O significado internacional dos Direitos da Criança http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf Consultado em 13/09/2016 as 19:35.

Mozzato, A, R. Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: Potencial e desafios <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf> Consultado em 18/09/2016 as 22:00.

Nakatany, F, M. (2012). Abuso sexual intrafamiliar contra criança: entre o direito e psicologia <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31095/FABIANA%20MASSAKO%20NAKATANI.pdf?sequence=1> Consultado em 14/08/ 2016 as 10:45.

Negreiros, M, E. (2010). Pais e filhos: direitos e deveres <http://siaibib01.univali.br/pdf/Mabel%20Elis%20Bunder%20de%20Negreiros.pdf> Consultado em 10/11/2016 as 9:23.

Oliveira, M, C. (2010). Relação Família-Escola e participação dos pais http://www.iset.pt/iset/DissertacoesPDF/9_ceu_oliveira_web.pdf Consultado em 28/08/2016 as 14:45.

Paganini, J. Moro, Rosângela. (2011). A utilização dos princípios do direito da criança e do adolescente como mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/viewFile/534/526> Consultado em 29/06/2016 as 18:35.

Reis, V, A. (2012). O envolvimento da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2597/1/V%C3%A2niaReis.pdf> Consultado em 16/09/ 2016 as 09:12.

Ribeiro, D, V (2011). A situação contemporânea da criança e dos seus direitos no contexto das Relações internacionais http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Educacao_contemporanea.pdf Consultado em 15/11/2016 as 14:56.

Roque, Y, C & Chechia, V.A. (2015). Síndrome de alienação parental. Consequências psicológicas na criança <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/36/30102015191548.pdf> Consultado em 13/11/2016 as 15:23.

Rosa, M, D. (2013). Em defesa dos direitos da criança. Universidade regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1757/Monografia%20Marieli.pdf?sequence=1> Consultado em 12/06/2016 as 8:26.

Rosembergue, F. Mariano, C, L. (2010). A Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Debates e Tensões <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a03.pdf> Consultado em 18/07/2016 as 12:45.

Rossi, R. (2008). Direitos da criança e educação: Construindo e ressignificando. A Cidadania na Infância

www.unoeste.br/site/enepe/2015/Anais/CienciasHumanas/Educacao.pdf Consultado em 10/07/2016 as 15:55.

Santos, F, A. (2012). As medidas socioeducativas e a responsabilidade da sociedade frente a doutrina de proteção integral
<http://repositorio.upf.br/xmlui/handle/123456789/238> Consultado em 12/11/2016.

Setor Infância e adolescência. Panorama 2010. Políticas Públicas para a Infância em Cabo Verde.
http://www.governo.cv/documents/politicas_de_infancia_e_adolescencia.pdf
Consultado em 08/ 11/2016 as 12:09.

Silva, A, A.P. (2015). Crianças em risco social nas notícias. O olhar da imprensa cabo-verdiana
<http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/571/1/Crian%C3%A7as%20e%20Risco%20Social%20nas%20Noticias%20O%20Olhar%20da%20Imprensa%20Cabo-verdiana.pdf> Consultado em 15/08/2016 as 13:09.

Souza, M, B. (2007). A concepção da criança para o enfoque histórico-cultural
https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduação/Educação/Dissertações/souza_mcbr_dr_mar.pdf Consultado em 27/05/2016 as 10:23.

Souza, J, P. (2011). A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança
http://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_N_O_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf Consultado em 29/10/2016 as 17:00

Taiar, R. (2009). Direito internacional dos direitos humanos. Uma discussão sobre a relativização da soberania face a efetivação da proteção dos direitos humanos
[file:///C:/Users/Vera/Downloads/Rogério_Taiar_Tese%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Vera/Downloads/Rogério_Taiar_Tese%20(3).pdf) Consultado em 13/10/2016 as 11:12.

Teixeira, G, C, A. (2015). Os direitos fundamentais da criança e do adolescente e os instrumentos internacionais de proteção à infância de proteção à infância. Em busca de sua contemporaneidade <http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/revistas/revista-juridica/edicao-2015.pdf> Consultado em 16/07/2016 as 13:15.

Tomás, C.A. (2006). As crianças como prisioneiro de seu tempo-espaço. Um reflexo da infância à reflexão sobre as crianças num contexto global <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/tomas.pdf> Consultado em 12/10/2016 as 09:34.

UNICEF. Situação mundial da infância. Edição Especial. 2009 www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf Consultado em 18/ 07/2016 as 11:39.

Vivaldo. F, V (2009).Educação em Direitos Humanos. Abordagem histórica à produção e experiência brasileira- São Paulo [file:///C:/Users/Vera/Downloads/FernandoVicenteVivaldo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Vera/Downloads/FernandoVicenteVivaldo%20(1).pdf) Consultado em 31/05/2016 as 18:47.

APÊNDICES

Apêndice 1-Guião de entrevista dirigida a Diretora da aldeia SOS



Tendo em vista a situação das crianças no mundo atual e, principalmente nos países menos desenvolvidos, entre os quais, Cabo Verde, por ter aderido a implementação da convenção internacional dos direitos da criança, como política infantil de defesa dos direitos da Criança, cabe estudar as instituições ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança existentes no país, Neste sentido, pretende-se com esta entrevista entender até que ponto as políticas de implementação desta convenção é efetiva. Os resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

1. Fala-me um pouco da vossa instituição tendo em conta a sua história, objetivo e funcionamento.
2. Qual a relação existente entre o Centro Social SOS e as outras instituições que trabalham com crianças?
3. Quais as características do vosso público-alvo e critérios de admissão?
4. Quantas crianças estão sendo acolhidas nas vossas estruturas?
5. Quem pode encaminhar crianças em situação de risco?
6. Segundo estatísticas, a SOS, tem vindo a fazer um ótimo trabalho. Mas porquê a existência apenas na ilha de São Vicente e na ilha de Santiago?
7. Na vossa instituição, vocês recebem crianças de rua ou crianças na rua?
8. Qual é o trabalho que Centro Social SOS tem feito com as crianças de rua como garantia dos seus direitos e proteção da situação de vulnerabilidade?
9. Visto que o Centro Social SOS é uma ONG, onde vem o financiamento?
10. O estado apoia a vossa instituição financeiramente?
11. Na vossa opinião como explicam a quantidade de crianças de rua e na rua?
12. No caso de trabalharem com crianças de rua, que programas/políticas privadas têm em vista para mobilizar os intervenientes para mudar de comportamento quanto à situação das crianças de rua?
 - a) Direcionada para famílias
 - b) Direcionada para as crianças
 - c) Direcionada para a sociedade
 - d) Como é feito a integração sociofamiliar das crianças internas do Centro?
- 13- No caso de crianças de rua, como é que são admitidas nas vossas estruturas?
- 14- Que políticas privadas dispõem o Centro Social SOS para a resolução do problema de crianças de rua e ou na rua?
- 15- Quais são os desafios do processo de integração sociofamiliar?
- 16- O Centro Social SOS como uma instituição estatal que defende os direitos das crianças, como funciona a articulação entre o Centro Social SOS e o Procuradoria de menores na defesa dos direitos da criança?
- 17- Em que situações o Centro Social SOS apoia dos serviços da procuradoria?
- 18- Na sua opinião, qual a relação que existente entre as crianças de hoje e as de outrora na defesa dos seus próprios direitos?

- 19- Tendo em conta o mundo globalizado, que necessidades as crianças de hoje precisam?
- 20- Qual a política de proteção que o Centro Social SOS utiliza para por em prática a convenção dos direitos da Criança?
- 21- Que desafios deparam-se na prática para a implementação plena da convenção dos direitos da Criança?
- 22- O que o Centro Social SOS pensa sobre a alienação parental que muitas vezes comprometem as crianças em relação aos pais?
- 23- O que o Centro Social SOS faz para a resolução desses problemas?
- 24- Quais são as parcerias (nacionais e internacionais) que o Centro Social SOS dispõe como suporte para implementação da sua política de proteção de crianças?
- 25- O que diferencia o trabalho do Centro Social SOS e do ICCA

Muito obrigada pela sua colaboração

Apêndice 2- Guião de entrevista dirigida ao Diretor do ICCA



Tendo em vista a situação das crianças no mundo atual e, principalmente nos países menos desenvolvidos, entre os quais, Cabo Verde, por ter aderido a implementação da convenção internacional dos direitos da criança, como política infantil de defesa dos direitos da Criança, cabe estudar as instituições ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança existentes no país, Neste sentido, pretende-se com esta entrevista entender até que ponto as políticas de implementação desta convenção é efetiva. Os resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

1. Definem o papel do ICCA
2. Qual a relação existente entre o I
3. CCA e as outras instituições que trabalham com crianças?
4. Quais as características do vosso público-alvo?
5. Quantas crianças estão sendo acolhidas nas vossas estruturas?
6. Quem pode encaminhar crianças em situação de risco?
7. Na vossa instituição, vocês recebem crianças de rua ou crianças na rua?
8. Qual é o trabalho que o ICCA tem feito com as crianças de rua como garantia dos seus direitos e proteção da situação de vulnerabilidade?
9. Na vossa opinião como explicam a quantidade de crianças de rua e na rua?
10. No caso de crianças de rua, como é que são admitidas nas vossas estruturas?
11. Que políticas públicas dispõem o ICCA para a resolução do problema de crianças de rua e ou na rua:
 - 26- Direcionada para famílias
 - 27- Direcionada para as crianças
 - 28- Direcionada para a sociedade
12. Como é feito a integração sociofamiliar das crianças internas do Centro?
13. Quais são os desafios do processo de integração sociofamiliar?
14. O ICCA como uma instituição estatal que defende os direitos das crianças, como funciona a articulação entre o ICCA e o Procuradoria de menores na defesa dos direitos da criança?
15. Em que situações o ICCA apoia dos serviços da procuradoria?

16. Na sua opinião, qual a relação que existente entre as crianças de hoje e as de outrora mna defesa dos seus próprios direitos?
17. Qual a política de proteção que o ICCA utiliza para por em prática a convenção dos direitos da Criança?
18. Que desafios deparam-se na prática para a implementação plena da convenção dos direitos da Criança?
19. O que o ICCA pensa sobre a alienação parental que muitas vezes comprometem as crianças em relação aos pais?
20. O que a ICCA faz para a resolução desses problemas?
21. Quais são as parcerias (nacionais e internacionais) que o ICCA dispõe como suporte para implementação da sua política de proteção de crianças?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 3- Guião de entrevista dirigida às crianças da SOS e do ICCA



Lista de perguntas:

1. Neste momento, qual é a vossa ocupação?
2. Quando vocês ouvem falar de direitos da criança qual é a primeira coisa que vos vêm a mente?
3. Quais são os direitos da criança que vocês conhecem? Apontem alguns.
4. Quais são os deveres da criança?
5. O que é que vocês acham dessa instituição, e que importância ela tem para vocês?
6. Que atividades participam para conhecer melhor os vossos direitos?
7. Como vocês cumpram vossos deveres?
8. Vocês acham que os adultos estão violando os vossos direitos
9. Já alguma vez sofreram algum tipo de violência?
10. Como é que os adultos violam vossos direitos?
11. Na vossa opinião, que razões podem levar uma criança ir para a rua?
12. Quando a criança esta na rua, porque que ela prefere ficar na rua?
13. Quando foram a rua, o que é que os vossos pais fizeram?
14. Na vossa opinião quais são os problemas que existem nas famílias que levam com que a criança vai para a rua?
15. Como eram as vossas vidas quando estavam na rua?
16. Já sofreram violência na rua? Que tipo? Por parte de quem? Como se sentiram?
17. Já cometeram algum tipo violência na rua?
18. Vocês acham que uma criança de rua tem seus direitos violados? Como?
19. Já alguma vez estiveram envolvidos em situações em que foram pegos pela polícia? O que e que fizeram? Como ficou resolvido?
20. Como vieram para esta instituição?
21. Como é o vosso dia-a-dia?
22. Vocês sentem-se que estão sendo protegidas nesta instituição?
23. O que mudou desde que foram acolhida nesta instituição?
24. Qual foi a razão de vierem viver nesta instituição?
25. Quais são os vossos sonhos? Que querem fazer quando crescerem?

Apêndice 4-Guião de entrevista dirigida ao procurador de menores



Tendo em vista a situação das crianças no mundo atual e, principalmente nos países menos desenvolvidos, entre os quais, Cabo Verde, por ter aderido a implementação da convenção internacional dos direitos da criança, como política infantil de defesa dos direitos da Criança, cabe estudar as instituições ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança existentes no país, Neste sentido, pretende-se com esta entrevista analisar a parte legal dos direitos da criança. Os resultados serão utilizados unicamente para fins académicos.

1. Como se observa a situação das crianças em Cabo Verde?
2. Em Cabo Verde existe uma grande percentagem de delinquência infantil?
3. Que medidas são decretadas à menor que se encontram em situação de delinquência?
4. “O melhor lugar para as crianças é no seio da sua família biológica”. Como ficam as crianças num caso de separação e de divórcio, tendo em conta o direito fundamental que é o direito à convivência familiar?
5. Quanto à síndrome de alienação parental e à própria alienação parental, qual destes predominam mais em Cabo verde? Nessas duas situações, como fazer para proteger a criança?
6. Em que casos pode-se considerar legítima a intervenção para a promoção e proteção dos direitos da criança, dado que nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do estado e da sociedade e na sua vida e autonomia e na sua família?
7. Como se processa essa intervenção?
8. Sabendo que muitas dessas situações de risco devem devido a incapacidade de facto das próprias famílias (por exemplo devido a pobreza), como se procederá essa intervenção de maneira a que não afeta psicologicamente a criança?
9. Existem diversos tipos de abandono de menores entre os quais, casos onde a criança é abandonada e não há uma revelação dos pais ou do responsável legal e, existem casos onde esse abandono pressupõe uma atitude voluntária e consciente por parte do abandonante. Em cabo Verde em especial, a ilha de São vicente, quias dessas situações têm sido mais verificadas?

10. Das possíveis medidas de proteção dos direitos da criança, quais é que se têm observado algum grau de dificuldade na sua implementação? À quem cabe a competência para a aplicação dessa medidas?

11. Em que situações o Ministério público poderá intervir na promoção e proteção dos direitos da criança? Como se processa essa intervenção?

Muito obrigado pela sua colaboração!